
POLÍTICA NACIONAL PARA A AGRICULTURA BIOLÓGICA



No Tyrone & Fermanagh Hospital, na Irlanda do Norte, um médico pretendia fazer no hospital uma experiência fornecendo alimentos de agricultura biológica a metade dos doentes da unidade que dirigia, servindo aos restantes as refeições habituais, mas tinha alguma resistência da Administração, que por fim acedeu.

Passado algum tempo constatou-se que os doentes que tinham consumido produtos biológicos tinham períodos de convalescença inferiores aos restantes doentes. Hoje, este hospital, apenas fornece alimentos Bio aos seus doentes.

ÍNDICE

1	AS POLÍTICAS PARA A AGRICULTURA BIOLÓGICA	5
2	PLANOS NACIONAIS E REGIONAIS DE ACÇÃO PARA A AGRICULTURA BIOLÓGICA.....	7
3	ALGUNS FACTOS DA AGRICULTURA BIOLÓGICA.....	10
4	A AGRICULTURA BIOLÓGICA: BREVES NÚMEROS	14
4.1	A AGRICULTURA BIOLÓGICA NO MUNDO.....	14
4.2	A AGRICULTURA BIOLÓGICA NA UNIÃO EUROPEIA	19
4.3	A AGRICULTURA BIOLÓGICA EM PORTUGAL	23
4.3.1	A INFLUÊNCIA DAS MEDIDAS AGRO-AMBIENTAIS NA ABIO	29
4.3.2	RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO CONTÍNUA DO PRODER (2007-2013).....	33
5	ANÁLISE SWOT	39
5.1	FORÇAS.....	39
5.2	DEBILIDADES.....	40
5.3	OPORTUNIDADES	41
5.4	AMEAÇAS.....	42
5.5	ANÁLISE SWOT PARA ALGUNS SECTORES.....	43
5.5.1	CEREAIS	43
5.5.2	AZEITE.....	44
5.5.3	HORTOFRUTÍCOLAS.....	44
5.5.4	SECTOR VITÍCOLA	45
5.5.5	CARNE.....	45
5.5.6	LEITE E LATICÍNIOS	46
5.5.7	COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO	46
6	OBJECTIVOS NACIONAIS.....	48
6.1	PERÍODO DE EXECUÇÃO	48
6.2	OBJECTIVOS DE EXECUÇÃO	48
6.3	OUTROS OBJECTIVOS	48
6.3.1	PRODUÇÃO VEGETAL	48
6.3.2	PRODUÇÃO ANIMAL.....	49
6.3.3	CAPACIDADE DE TRANSFORMAÇÃO	49
6.3.4	OUTROS OBJECTIVOS	49
7	PLANEAMENTO E DEFINIÇÃO DAS POLÍTICAS.....	50
8	PRINCIPAIS EIXOS ESTRATÉGICOS, MEDIDAS E ACÇÕES	51
9	BIBLIOGRAFIA	62

Participaram na elaboração deste documento: (até hoje....)

António Mantas (coordenador), Alexandre Rebelo, Alfredo Cunhal Sendim, Ângela Pereira, Ângelo Rocha, Carlos Vicente, João Pedro Oliveira, Jorge Barbosa, José Carlos Ferreira, José Maria Azeredo, Mafalda Carneiro, Maria Santos, Marina Pereira, Natália Costa, Vítor Faria.

POLÍTICA NACIONAL PARA A AGRICULTURA BIOLÓGICA

A definição de uma **Política Nacional para a Agricultura Biológica** é uma aspiração dos operadores do sector, que pretendem ver adoptada uma nova geração de instrumentos que permitam o desenvolvimento harmonioso do Mundo Rural, recentrando a actividade agrícola, mantendo-a como a matriz ordenadora do espaço, valorizando o papel do agricultor e dos produtos portugueses, dando notoriedade ao trabalho há muito desempenhado pelos agricultores e que hoje a sociedade começa, necessariamente, a revalorizar.

Com a apresentação pública deste documento a INTERBIO pretende lançar a discussão sobre o que se considera indispensável para o desenvolvimento da Agricultura Biológica. Esta iniciativa, que pretende acolher os contributos de todos os interessados do sector – dos operadores aos consumidores – elevará, seguramente, a consistência destas nossas propostas políticas. A participação neste documento, tornando-o forte e resultante das opiniões da Sociedade Civil é, a todos os títulos fundamental para que o Estado cumpra o papel que lhe compete na promoção e apoio a um modo de produção de vanguarda e ao desenvolvimento competitivo e sustentável de Portugal.

Maria Santos

Presidente da INTERBIO

A Agricultura Biológica aumenta a biodiversidade, protege os solos, melhora a qualidade nutricional dos alimentos, assegura elevados níveis de bem estar animal e aumenta o emprego nas zonas rurais. Em simultâneo a Agricultura Biológica reduz a emissão de gases com efeito de estufa e o uso de energia fóssil, corta com a poluição causada por fertilizantes e pesticidas e interrompe a escalada de entrada de resíduos de pesticidas na cadeia alimentar. A Agricultura Biológica proporciona sistemas de agricultura maleáveis capazes de combater as alterações climáticas e assegurar o abastecimento local de alimentos e é altamente eficaz no sequestro de carbono. – IFOAM, 2009.

1 AS POLÍTICAS PARA A AGRICULTURA BIOLÓGICA

Em Maio de 2007 a FAO organizou uma conferência Mundial sobre a **AGRICULTURA BIOLÓGICA E SEGURANÇA ALIMENTAR** com o objectivo de analisar os limites e o potencial da agricultura biológica para contribuir para o aumento da segurança alimentar a nível mundial. Uma das recomendações de maior relevo que saíram desta Conferência foi que as políticas públicas e dos governos deveriam orientar-se no sentido de apoiar a agricultura biológica e na melhoria da investigação.

A Agricultura Biológica (ABIO) tem uma percepção holística, baseada no equilíbrio entre o solo, plantas, animais, homem e ambiente, contribuindo de diversas formas para o desenvolvimento rural, colocando o agricultor no centro da estratégia de produção pela criação de postos de trabalho, proporcionando uma elevada sustentabilidade económica, social e ambiental.

É hoje indiscutível o importante papel da ABIO em dois dos maiores e mais importantes desafios da sociedade: as alterações climáticas e a segurança alimentar. As características da ABIO fazem com que a adaptação e a mitigação das alterações climáticas e a segurança alimentar sejam inerentes ao modo de produção.

A ABIO aumenta a biodiversidade, protege os solos, melhora as características nutricionais dos alimentos, assegura o bem estar animal e contribui para o emprego nas zonas rurais. Em simultâneo a emissão de gases com efeito de estufa e o uso de energia fóssil é reduzida, não provoca a poluição de nutrientes e pesticidas e impede a entrada de resíduos de pesticidas na cadeia alimentar. A ABIO desenvolve sistemas de produção capazes de combater as alterações climáticas e garantir o fornecimento de alimentos seguros e locais e é altamente eficaz no sequestro de carbono, sem recurso a herbicidas e outros produtos poluentes.

A ABIO identifica-se com os quatro princípios fundamentais da segurança alimentar: produz alimento em quantidade, permite o acesso aos meios de produção e económicos, induz a

estabilidade do sistema agro-alimentar em termos meio-ambientais e económicos, e proporciona o uso sustentável.

Em tempos de dificuldades ou crises económicas o desenvolvimento de políticas agrárias deve ter em conta que os alimentos e os factores de produção devem ser obtidos localmente, diminuindo a vulnerabilidade às flutuações de preços. A ABIO coloca a adaptação da produção agrícola local e o consumo no fulcro dos sistemas, das estratégias, das políticas.

A ABIO é o mais amplo sistema agro-ecológico, pois permite a criação de riqueza enquanto aumenta o funcionamento equilibrado do ecossistema. Este sistema de agricultura permite a sustentabilidade do processo produtivo, foi pioneiro no desenvolvimento de referenciais, sistemas de certificação e de mercado para os produtos sustentáveis. A ABIO permite associar a actividade agrícola com outras actividades complementares que se identificam com outros factores (sócio-ambientais) que a sociedade quer ver valorizados.

Os consumidores de produtos biológicos reconhecem o importante papel dos agricultores biológicos na protecção dos ecossistemas e na obtenção de produtos sem químicos de síntese.

A FAO identifica a ABIO como uma via promissora da agricultura para mitigar e se adaptar às mudanças climáticas.

É a própria Comissão Europeia que entende a Agricultura Biológica como *“um sistema global de gestão das explorações agrícolas e de produção de géneros alimentícios que combina as melhores práticas ambientais, um elevado nível de biodiversidade, a preservação dos recursos naturais, a aplicação de normas exigentes em matéria de bem-estar dos animais e métodos de produção em sintonia com a preferência de certos consumidores por produtos obtidos utilizando substâncias e processos naturais.”*.

É ainda a Comissão Europeia que diz que o *“método de produção biológica desempenha, assim, um duplo papel societal, visto que, por um lado, abastece um mercado específico que responde à procura de produtos biológicos por parte dos consumidores e, por outro, fornece bens públicos que contribuem para a protecção do ambiente e do bem-estar dos animais, bem como para o desenvolvimento rural”*.

A remuneração destes elevados serviços prestados pela ABIO à sociedade é um importante reflexo da preocupação com o futuro e com os princípios básicos da sua preservação.

O apoio à ABIO, do ponto de vista da definição das Políticas, é um meio para atingir objectivos ambientais, de segurança alimentar e de saúde definidos para a sociedade. Paralelamente apoia-se um conjunto de operadores que poderão dar resposta à procura do mercado nacional e internacional, exportando e reduzindo as importações. Quem estabelece estas políticas de apoio sabe que os valores envolvidos são baixos, mas igualmente sabe que os efeitos multiplicadores de cada euro empregue são elevados. Sabe também que vai ao encontro dos objectivos dos cidadãos para um futuro melhor.

2 PLANOS NACIONAIS E REGIONAIS DE ACÇÃO PARA A AGRICULTURA BIOLÓGICA

A grande maioria dos países europeus, bem como alguns países de outros continentes, apresentou, desenvolveu ou está a desenvolver Planos de Acção para a ABIO com o apoio dos Governos. A maioria destes programas tem como objectivos comuns o aumento das superfícies agrícolas úteis (SAU), do consumo e do conhecimento da ABIO.

Estes Programas de Acção surgem por iniciativa dos Governos, desenvolvendo a ABIO de forma sustentada, para todo o País ou a nível regional, mas também há os que tiveram origem na iniciativa de organizações não governamentais. A maioria destes planos de acção fornece mecanismos para assegurar um adequado equilíbrio de políticas com diversos objectivos e o equilíbrio entre a oferta e a procura, adaptadas às condições locais. Alguns apresentam objectivos quantitativos claros, outros apenas indicadores de áreas a desenvolver. Para além dos objectivos indicados há objectivos específicos de desenvolvimento da investigação ou de substituição das importações por produtos nacionais.

Alguns Planos, como por exemplo o da Alemanha, têm forte empenho dos parceiros sociais, com discussões parcelares ou numa reunião nacional. Alguns países fizeram o plano após uma análise SWOT, tal como foi feito no Plano Português de 2004 (nunca implementado), tentando dar resposta às questões levantadas.

Por fim, é importante referir que alguns dos planos integram formas de acompanhamento e avaliação, intermédias e final, o que se considera, nos casos em que existe, de grande utilidade.

Apresentam-se o resumo da situação de alguns países¹:

País /Região	Situação / De_até	Objectivos quantitativos
	Pacote financeiro	
Alemanha	Fase 1 2001-2008	20% SAU
	Fase 2: 2008 - 2015	
Austrália	2006-2011 - Plano para a Indústria	Não indicados
Áustria	2008-2010 (Plano anterior 2005-2008)	20% de SAU
Bélgica -Região Flamengo	2008-2012	Não indicados
Bulgária	2007-2013	8% de SAU
Canadá	2010-2011	Não indicados

¹ Dados europeus retirados de Overview on quantitative targets in EU Action Plans, 2008. ORGAP.

Colômbia	2006	Não indicados
Dinamarca	1999-2003	12% SAU em 2003
Eslováquia	Análise SWOT de 2005 como base para um Plano Nacional mas não implementado	5% SAU 30% de produtos de AB para o mercado interno
Eslovénia	2005-2015	20% SAU em 2015 10% do consumo em AB obtido na Eslovénia em 2015 10% mercado em 2015 15% SAU em 2015 Triplicar as quintas de AB em 2015
Espanha	2007-2010 35,8 Milhões €	Não indicados
ES – Andalusia	2007-2013 384 Milhões € Anterior Plano: 2002-2006 93,8 Milhões €	Não indicados
ES – Astúrias	2007-2009 14,7 Milhões €	Não indicados
ES – Castela	2007-2011 29 Milhões €	Não indicados
ES – Região de Madrid	3 Milhões €	Não indicados
ES – Extremadura	2008-2013 3,1 Milhões €	Não indicados
ES – Galiza	2008-2013 49 Milhões	Não indicados
Estados Unidos	2009-2014	Não indicados
Estónia	2007-2013	Não indicados
França	2008-2012 - Plano Nacional	6% SAU em 2012 20% de produtos AB nas cantinas do estado em 2012
	2008-2010 - Divulgação e informação	Não indicados
Holanda	2008-2011 49,2 Milhões € Anteriores Planos 2005-2007 e 2001-2004	Crescimento anual de 10% no consumo Crescimento anual de 5% na SAU 10 % das verbas para investigação alocadas à AB
India - Kerala	2010-2014	20% por ano de aumento da SAU
Irlanda	2008-2012	5% SAU em 2012

Itália	2005 com medidas de continuidade nos anos seguintes	Não indicados
	5 milhões € em 2005	
Lituânia	Um plano de acção para a AB para 2007-2013 foi apresentado pela Associação Lituana de Agricultura Biológica, ainda não aprovado oficialmente	
Polónia	Campanha de informação para alimentos e ABIO	
Portugal	Plano de acção proposto mas não implementado	7% SAU em 2008
República Checa	Até 2010	10% SAU em 2010
Suécia	2005 - 2010	20 % SAU em 2010
		25 % de alimentos nas cantinas públicas
RU – Inglaterra	Até 2007	70% do consumo com produtos nacionais 2010
		Objectivo atingido
RU – Gales	2005-2010	10 -15 % SAU em 2010
RU – Escócia	Até 2007 2010 novo plano em preparação	Semelhante à Inglaterra
RU – Irlanda do Norte	2006-2008	Não indicados
Sérvia	2011-2014	50.000 ha

3 ALGUNS FACTOS DA AGRICULTURA BIOLÓGICA

Perante os mais importantes desafios de desenvolvimento para a agricultura e para a sociedade, importa analisar os efeitos e diferentes contribuições dos diversos tipos de agricultura e modos de produção, pelo que se apresentam conclusões de alguns estudos efectuados em diversos locais ou declarações institucionais que demonstram o posicionamento da ABIO.

A ABIO e o fornecimento de bens públicos

- Dos sistemas de agricultura o da ABIO é o que proporciona melhores e mais completos bens públicos dos mais diversos pontos de vista – da paisagem, da biodiversidade, do sequestro do carbono, da mitigação das alterações climáticas, da redução de emissões de gases com efeito de estufa, da influência na saúde pública. (Niggli, 2008).
- A ABIO fornece bens públicos que contribuem para a protecção do ambiente e o bem estar dos animais e para o desenvolvimento rural. (Comissão Europeia, 2007).
- A manutenção de bordaduras nas parcelas que ocorre na ABIO tem um efeito positivo na biodiversidade dos sistemas praticados, bem como na multifuncionalidade da paisagem agrícola, contribuindo para uma variedade de serviços ao homem e ecossistema. (Smukler, 2008).

ABIO e sequestro de Carbono

- Os campos de ABIO sequestram maior quantidade de Carbono. (Drinkwater, 1998; Haas, 1994; Pimentel, 2005; Fließbach, 2005; Robertson, 2000; Cooper, 2008).
- 39 estudos comparativos sobre o sequestro de Carbono em solos de diversos países e regiões (Europa, América do Norte e Australásia), demonstram uma média de sequestro 28% mais elevada no norte da Europa e 20% mais elevada no mínimo no conjunto de todos. (Azeez, 2009).
- Os sequestros de Carbono em solos de ABIO são relevantemente superiores que em sistemas convencionais. (Niggli, 2009; Bitan 2009).
- A acumulação de carbono no solo é estimulada pelo retorno adicional de biomassa proporcionada pelos fertilizantes orgânicos, e está ausente quando se usam fertilizantes químicos. (Drinkwater, 1998; Pimentel 1995; Bos, 2009).

ABIO e emissões

- O encabeçamento limitado das unidades de produção ABIO diminui as emissões de dióxidos e amoníaco destruindo menos as florestas, os ecossistemas naturais e as superfícies agrícolas. (Haas, 1994; Geier, 1998; Niggli 2009; Bellarby, 2008).
- A ABIO diminui as emissões de gases com efeito de estufa, nomeadamente de compostos azotados, ainda mais prejudiciais que o CO₂. (Flessa, 2002; Petersen, 2005; Robertson, 2000; Bellarby, 2008; Niggli, 2009; Bos, 2009).
- As emissões de CO₂ da ABIO são cerca de metade da média da agricultura convencional. (Nerneck, 2002; Alföldi, 1999; Bitan, 2009).

- A troca de sistemas convencionais para ABIO reduz as emissões de gases com efeito de estufa em 30%. (Freyer, 2008).

ABIO e biodiversidade

- Os solos, as superfícies e parcelas ABIO possuem uma maior biodiversidade. (Mäder, 2002; Gabriele, 2006; Hole, 2005; Fuller, 2005).
- A ABIO favorece as plantas adventícias possuindo as parcelas BIO mais 20 a 400% de espécies adventícias, muitas das quais ameaçadas. (Friebe, 1997; Rydberg, 2000).
- Nos campos de cereais de inverno em ABIO a diversidade de infestantes é maior que nos campos convencionais. (Kaar, 2008).
- Há uma maior quantidade de pássaros em parcelas ABIO que em convencionais. (Chamberlain, 1999; Rösler, 2003).
- As andorinhas preferem alimentar-se em parcelas ABIO. (Lokemon, 1997; Wilson, 1997).
- A ABIO favorece os pássaros nos campos por maior diversidade, bordaduras diversificadas, parcelas menores, cereais menos densos, enrelvamento, alqueives revestidos. (Lokemon, 1997; Hötter, 2004; Scultz, 2004; Christensen, 1996).
- Há o dobro de coleópteros e de aracnídeos e 60% mais esfafilídeos, predadores de pragas das culturas, nas parcelas ABIO que nas de produção integrada. (Mäder, 2002; Pfiffner, 1997).
- Os solos BIO têm mais de 50% de minhocas que os de produção integrada, e muito mais minhocas jovens e ovos. (Mäder, 2002; Pfiffner, 1997; Alföldi, 2002).
- Os auxiliares preferem as superfícies naturais nas bordaduras dos campos de ABIO. (Pfiffner, 2001. 41 de 45 estudos constata esta diferença).
- Os predadores dos pulgões (que prejudicam as culturas) preferem os campos BIO. (Wyss, 1995).
- Os agricultores BIO têm grande preocupação com os insectos polinizadores. (US fish and wild service, 2006; Feber, 1997).
- Os animais e plantas BIO estão baseados em sistemas naturais completos, considerados no seu conjunto. (Nowack, 2003).
- Nos solos de ABIO há mais 120% de biomassa microbiana, actividade enzimática microbiana, minhocas e insectos do solo. (Fließbach, 2007).

A ABIO e a poluição

- O tipo de fertilizantes usados nos solos ABIO e os pesticidas naturais usados, bem como o controlo efectuado, não provoca perdas de nutrientes como o azoto, nem outros resíduos para as toalhas freáticas. (Haas, 2001).
- Os solos em ABIO possuem menos nitratos que os convencionais pelo tipo de fertilizantes e pela menor carga animal. (Peter, 2005).
- Os lagos e cursos de água próximos de parcelas ABIO não têm poluentes de pesticidas e outras substâncias tóxicas para a fauna aquática, mesmo a baixo nível. (Liess, 2001).
- A lixiviação de nitratos é 40 a 64% inferior nas unidades de produção BIO. (Berg, 1997; Haas, 1997; Alföldi, 2002).

A ABIO e os solos

- Os solos ABIO possuem uma melhor estrutura e estão menos sujeitos à erosão. (Mäder, 2000; Siegrist, 1998).
- A melhor estrutura dos solos ABIO leva a uma melhor protecção contra inundações. (Schnug, 2002).
- Os solos ABIO possuem maior conteúdo em húmus, grande estabilidade física, melhor retenção de água, reduzindo os riscos de erosão, que os convencionais. (Mäder, 2002; Stölze, 2000; Velmirov, 2001; Tauscher, 2003).
- Os solos ABIO possuem mais 40% de fungos micorrízicos que os convencionais. (Mäder, 2002).

A ABIO e a energia

- A ABIO é mais eficiente utilizando 30 a 50% menos energia. (Mäder, 2002).
- O tipo de fertilizantes utilizados e a interdição de pesticidas de síntese diminui em muito o consumo de energia. (Mäder, 2002; Haas, 1995; Azeez, 2008; Alonso, 2008).

A ABIO e a saúde

- O leite BIO contém mais ácidos gordos ómega 3. (Kraft, 2003, Alfödi, 2007).
- O consumo de leite BIO tem impactos positivos na saúde (Rist, 2008).
- Há maiores níveis de compostos de nutrientes benéficos em produtos vegetais BIO que em convencionais. (Lueck, 2008)
- Os frutos e legumes BIO contêm mais substâncias úteis para a saúde. (Weibel, 2000; Weibel, 2004; Léville, 2000; Alfödi, 2007).
- Os frutos BIO têm teores em fósforo superiores em 32%, fibras alimentares mais 9%, e antioxidantes naturais 19%. São ainda 14% mais firmes, qualidade técnica 15% mais elevada, avaliação organoléptica 15% e índice de vitalidade 66% mais elevada. (Weibel, 2000).
- As toranjas BIO têm níveis significativamente superiores de fenóis, antocianinas, ácido ascórbico e anti-oxidantes (Tarozzi, 2006).
- As polpas de maçãs BIO têm níveis significativamente superiores de compostos fenólicos (Veberic, 2005).
- O tomate BIO tem níveis significativamente superiores de vitamina C, carotenóides, polifenóis (Caris Veyrat, 2004).
- As batatas BIO têm tendencialmente mais vitamina C (Kolbe, 1995).
- As hortícolas de folhas têm índices de nitratos menores entre 10 e 40%, os frutos mais vitaminas. (Woese, 1995; Worthington, 1998; Alfödi, 1998; CVUA Stuttgart, 2005).
- Os produtos BIO não possuem resíduos de pesticidas. (CVUA Stuttgart, 2005).
- Os produtos BIO não possuem factores de produção interditos. (Stolz, 2005).
- Os produtos BIO não possuem OGM. (Regulamentação de base da ABIO).
- A carne de suíno BIO tem maiores níveis de oligoelementos benéficos (Fe, Zn, Ca, Se Cu) que a carne de suíno convencional (Barbieri, 2008).
- A ABIO diminui os custos com cuidados de saúde – os custos com envenenamentos causados por pesticidas em 1998 na Alemanha foram de 12 milhões de euros, sem contar com doenças crónicas. (Jacob, 1999).

A ABIO e a segurança

- A ABIO é reconhecida pela sua capacidade de segurança alimentar, em qualidade e quantidade. (FAO, 2007; UNCTAD, 2009).

- Os produtos BIO, para além do controlo que todos os restantes devem ter, têm controlo e verificações sistemáticas quanto ao seu estatuto. (Regulamentação de base da ABIO).
- Os processos de produção e transformação são transparentes. (Regulamentação de base da ABIO).
- Os operadores da ABIO cumprem regras detalhadas sobre cada passo dos processos de obtenção dos produtos. (Regulamentação de base da ABIO).
- Os organismos de certificação são controlados pelo Estado e têm processos transparentes e idóneos. (Regulamentação de base da ABIO).

A ABIO e o sistema de agricultura

- Os produtores ABIO têm um papel-chave na manutenção da paisagem e no desenvolvimento do território. (Schermer, 2008)
- As explorações pecuárias têm de ter terra e áreas de recreio. (Regulamentação de base da ABIO).
- As plantas são cultivadas obrigatoriamente na terra. (Regulamentação de base da ABIO).
- As transferências de embriões e os sistemas de sincronização deaios são proibidos. (Regulamentação de base da ABIO).
- Os animais BIO não podem ingerir qualquer substância que afecte o seu normal desenvolvimento. (Regulamentação de base da ABIO).
- Os vitelos são alimentados com leite natural. (Regulamentação de base da ABIO).
- As galinhas não estão fechadas tendo os galinheiros parques ao ar livre. (Regulamentação de base da ABIO).
- Os animais ABIO são de raças autóctones ou bem adaptadas ao meio. (Regulamentação de base da ABIO).
- As galinhas ABIO têm uma melhor resposta imunológica e uma maior robustez devido à alimentação que as convencionais. (Lueck, 2008)
- Os bovinos e outros herbívoros alimentam-se de ervas e outros produtos forrageiros. (Regulamentação de base da ABIO).
- As condições normais de cada espécie animal são respeitadas. (Regulamentação de base da ABIO).
- Os produtores ABIO intervêm no bem-estar dos animais, evitando os antibióticos. (Ivemeyer, 2005; Notz, 2004).
- A melhoria das condições de vida permite às vacas ABIO terem ciclos de vida maiores. (Heil, 2006).
- A ABIO tem muito melhor desempenho que a agricultura convencional em situações de sequeiro. (FAO, 2007).
- Os sistemas de agricultura e os seus ciclos são muito mais preservados na ABIO por menor esgotamento e melhor preservação dos factores de produção naturais. (DFID_UK, 2004; 1994).

A ABIO e a Sociedade

- 64% dos produtores ABIO tem um maior orgulho na sua actividade que antes. (Rapp, 1998; Scäffer, 2005).
- A ABIO utiliza maior quantidade de mão-de-obra que a convencional, proporcionando maior número de empregos. (Biobranche, 2006).

4 A AGRICULTURA BIOLÓGICA: BREVES NÚMEROS

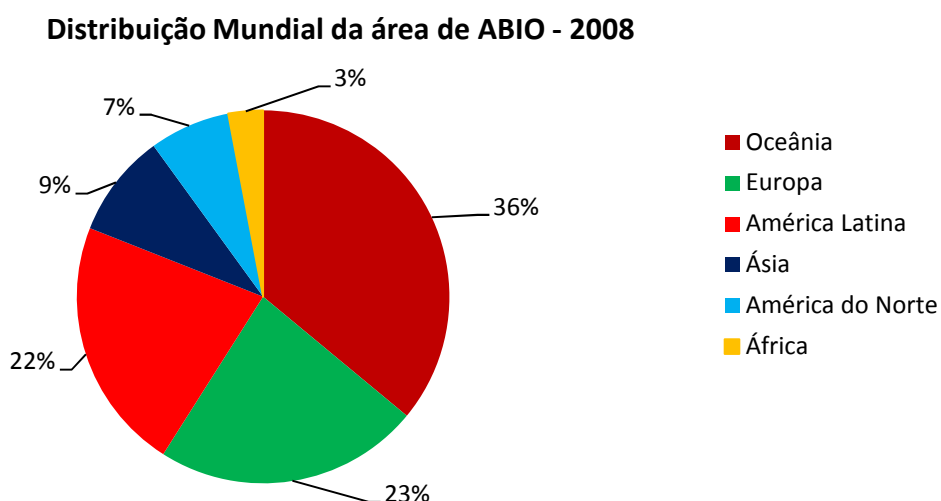
Neste capítulo apresentam-se os números mais relevantes da ABIO no Mundo e, com algum detalhe, os números da ABIO em Portugal, destacando-se uma pequena análise ao impacto das medidas agro-ambientais e à forma como influenciam a decisão dos agricultores.

4.1 A AGRICULTURA BIOLÓGICA NO MUNDO

A área mundial de ABIO é de cerca de 35.000.000 ha, tendo tido um crescimento de 2007 para 2008 de 3.000.000 de hectares (ou 8,5%), praticada por mais de 1,4 milhões de agricultores.

Para além desta área deverão ser considerados perto de 32 milhões de ha de áreas não agrícolas distribuídas por 0,4 milhões de ha em aquacultura, 31,1 milhões de ha de áreas de recolha silvestre ou para pasto de abelhas (áreas de florestas, pastagens não agrícolas, etc.) e 0,3 milhões de ha com outros usos.

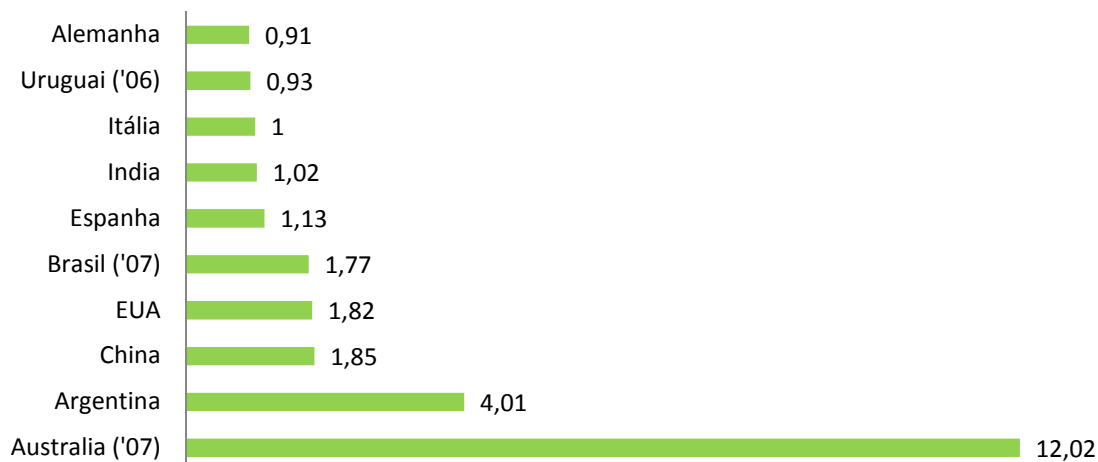
Esta área total está distribuída pelas principais regiões do Mundo, conforme a figura seguinte (FIBL & IFOAM):



Oito países possuem já áreas superiores a 1 milhão de hectares em ABIO, dos quais a Austrália é o país que se destaca com mais de 12 milhões de hectares, três vezes mais que a Argentina que é o segundo país com mais área, e tem ainda mais área que conjunto dos 6 países que a seguem.

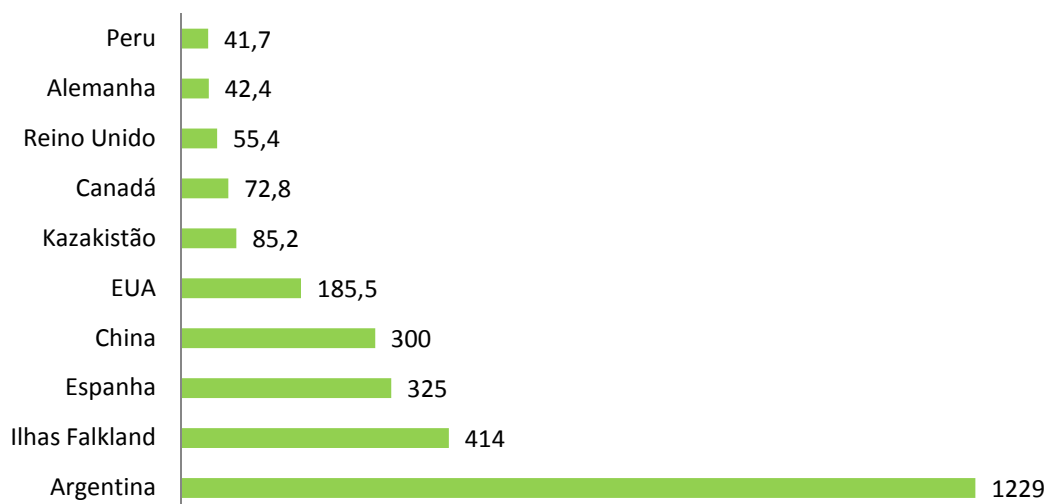
O país com maior crescimento de área em 2008 foi (com grande destaque) a Austrália, seguida da Argentina. Os 10 países com maior área em ABIO são (FIBL & IFOAM):

Os 10 países com maior área de ABIO no Mundo - 2008 (milhões de ha)



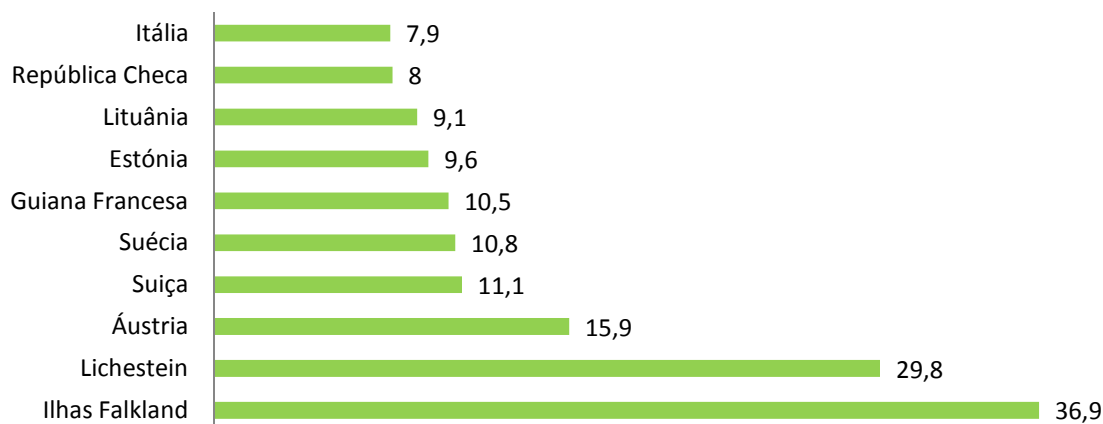
A Argentina foi igualmente o país com maior crescimento de 2007 para 2008; na UE a Espanha é o país com maior área (cerca de 1.130.000 ha) seguida da Itália, Alemanha e França, tendo havido um crescimento de 500 mil ha de 2007 para 2008 (FIBL & IFOAM):

Os 10 países com maior crescimento de ABIO entre 2007 e 2008 (x 1000 ha)



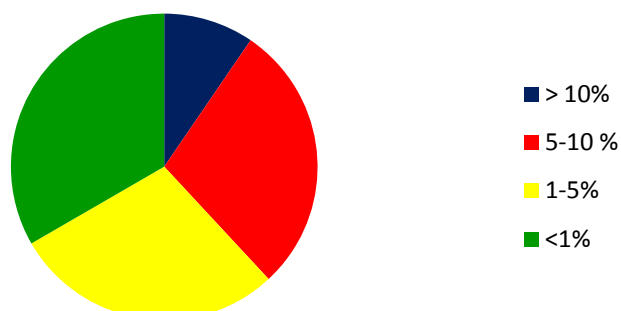
Em termos de percentagem de SAU em ABIO em relação à SAU total dos diferentes países (para além dos casos das Ilhas Falkland, Lichtenstein e Guiana Francesa), merecem destaque a Áustria, Suíça e Suécia, sendo que dos 10 países com maior SAU, 8 são europeus e destes 6 pertencem à UE (FIBL & IFOAM):

Países com maior SAU ABIO / SAU total em 2008



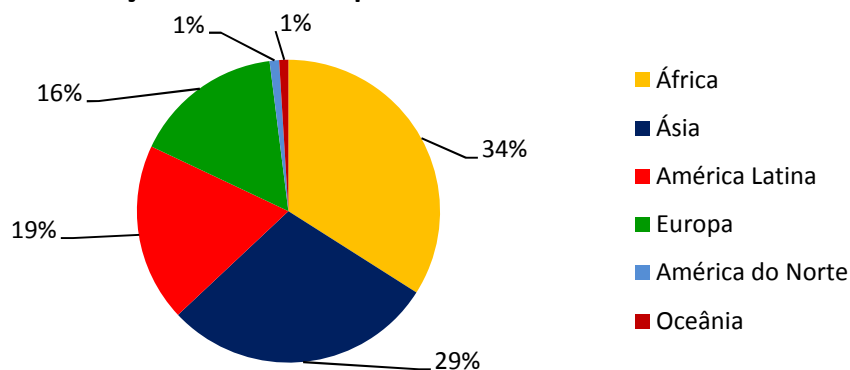
De 42 países europeus, a área da SAU em ABIO sobre a SAU total é superior a 5% em 16, havendo 4 com área superior a 10% (FIBL & IFOAM):

SAU ABIO/SAU total em 42 países europeus



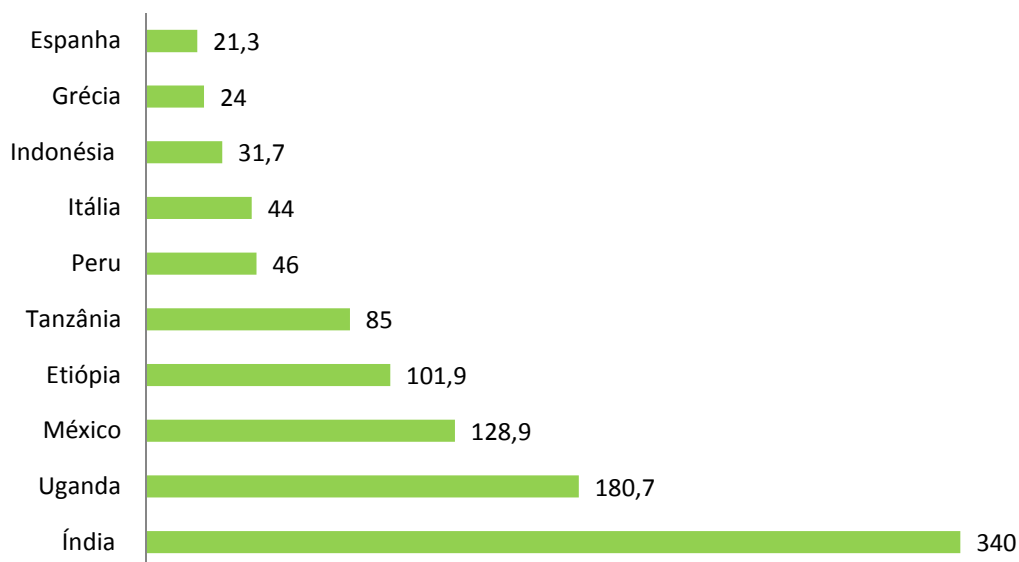
Quanto à distribuição do nº de operadores por regiões, num total de 1,4 milhões, o maior número de operadores está em África seguindo-se a seguinte distribuição (FIBL & IFOAM):

Distribuição Mundial de operadores de ABIO - 2008



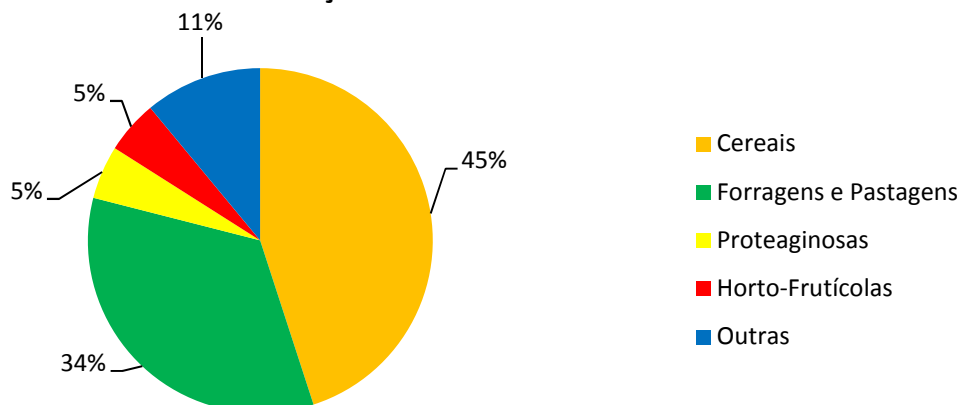
A Índia é o país do Mundo com maior número de operadores de ABIO, o Uganda o segundo maior e o primeiro do continente africano, salientando-se que dos 5 primeiros países 3 são africanos (com cerca de 368.000 operadores), sendo a Itália o país da UE com maior destaque, e com tantos como a Grécia e a Espanha juntas (FIBL & IFOAM):

Países com maior número de operadores - 2008 (x 1000)



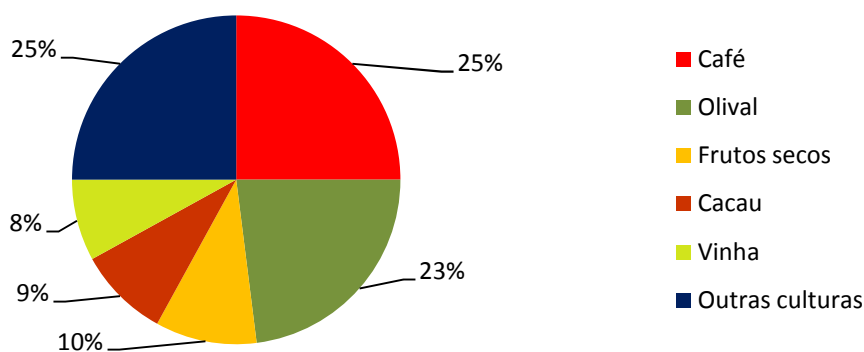
A área de ABIO (4,5 milhões de hectares) varia muito de região para região no Mundo em termos de ocupação cultural, em que, por exemplo na Oceânia a área é quase exclusiva de pastagens. Para apresentação genérica da distribuição do tipo de culturas a nível mundial as estatísticas referem uma distribuição em 5 grupos conforme se apresenta em seguida (FIBL & IFOAM):

Distribuição das áreas de ABIO



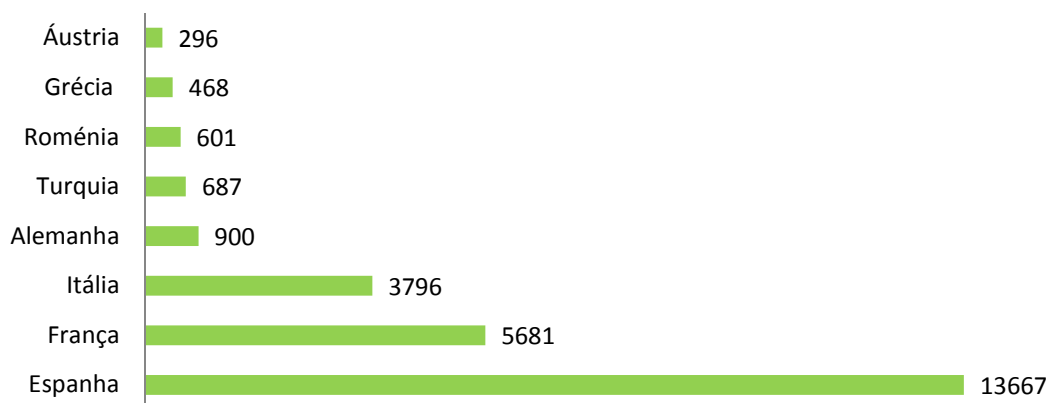
A distribuição mundial das culturas permanentes está no gráfico seguinte (FIBL & IFOAM):

Distribuição mundial das culturas permanentes - 2008



Destas culturas é importante destacar a cultura da vinha em que de 2004 para 2008 a área mundial passou de 88.000 ha para 148.000. Destes, 26.000 ha aumentaram de 2007 para 2008 só na EUROPA, conforme se apresenta (FIBL & IFOAM):

Aumento da área de vinha de 2007 para 2008 na Europa (ha)



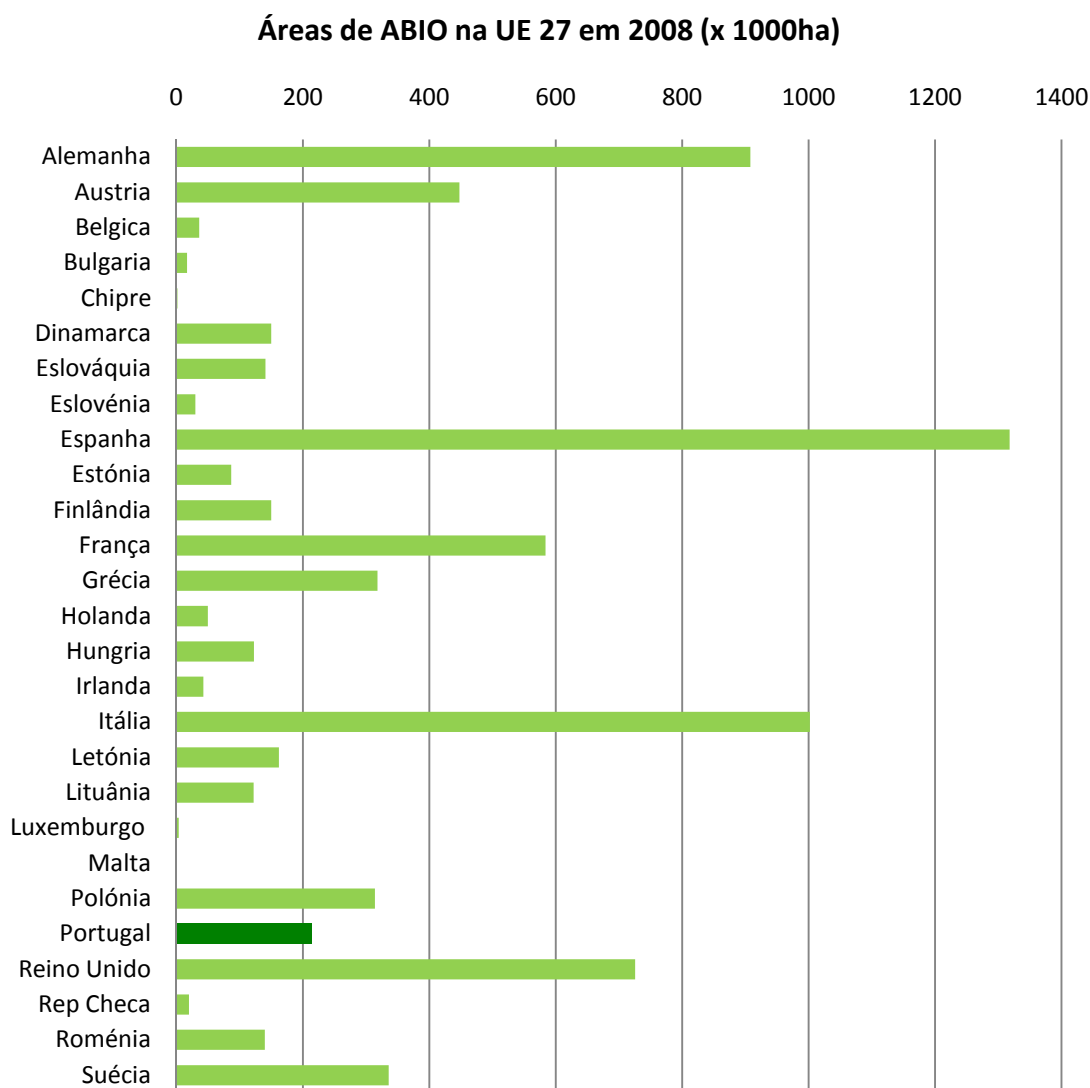
Os EUA aprovaram um logo nacional em 2001 e o Canadá em 2006. Na Suíça os produtos de ABIO têm uma quota de mercado de 4,5% e um consumo per capita superior a 100 euros.

O volume de negócios global da ABIO será de 40 a 50 mil milhões de USD. Só na Alemanha o mercado da AB está estimado em perto de 4 mil milhões de euros e na Itália situar-se-á nos 3 mil milhões. Na Alemanha mais de 1800 empresas disponibilizam mais de 3500 produtos diferentes de ABIO. O preço dos produtos biológicos continua a ser superior ao dos produtos convencionais em cerca de 15-30%, apesar de um pouco por todo o lado haver alturas do ano em que os preços se situam ao nível dos convencionais. Os preços médios serão, em média,

mais elevados cerca de 20% na Alemanha, 20-30% em França, 25 a 30% em Itália, 15% na Suécia, 20-30% na Dinamarca.

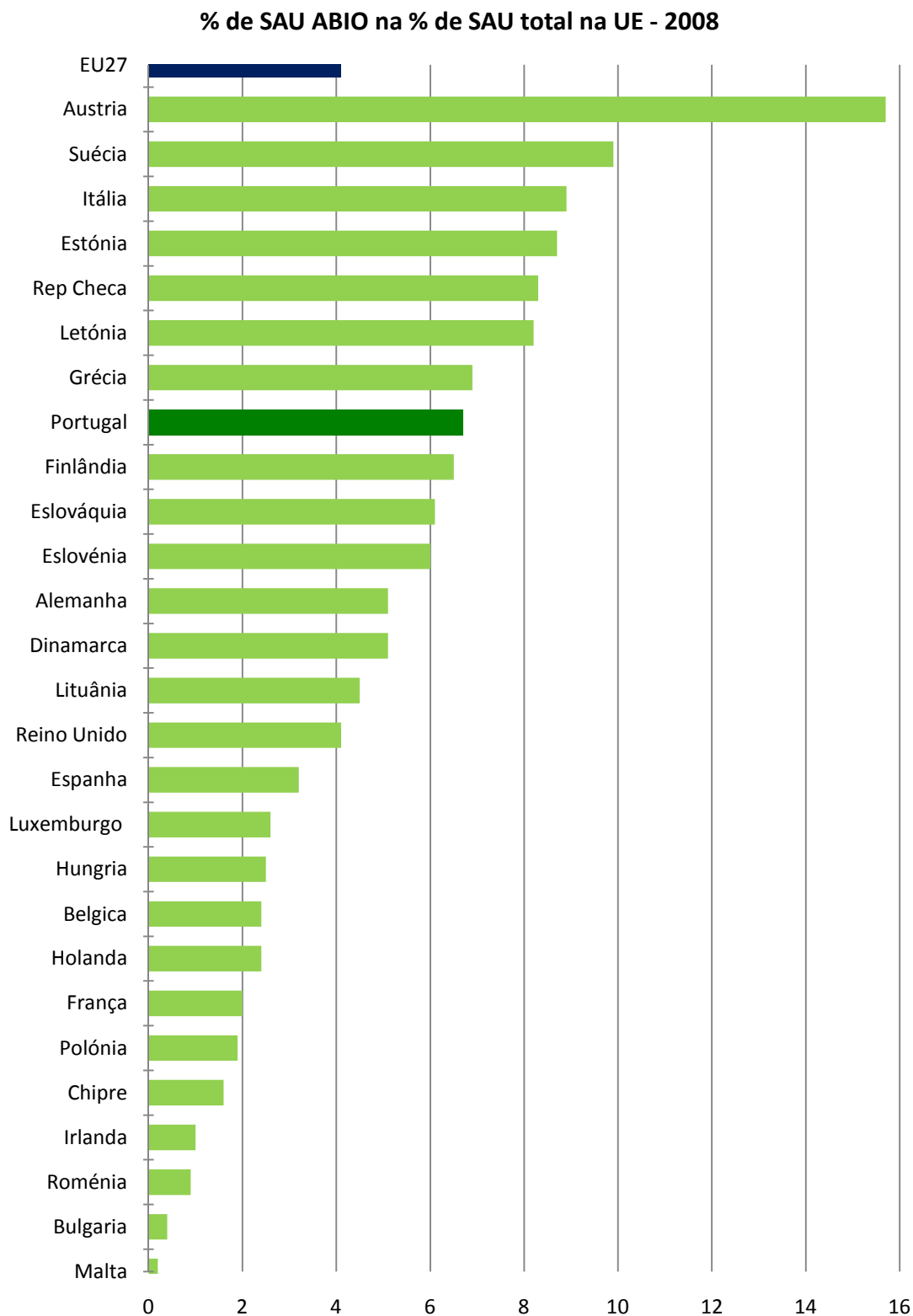
4.2 A AGRICULTURA BIOLÓGICA NA UNIÃO EUROPEIA

Para melhor informação apresentam-se gráficos sobre as áreas de ABIO e as percentagens de SAU ocupada com a ABIO nos países da UE. Pode-se assim efectuar uma comparação da posição portuguesa com a desses países. Apesar de haver pequenas diferenças em relação a algumas áreas apresentadas antes (fonte FIBL & IFOAM), pode-se confirmar que a Espanha, Itália, Alemanha, Reino Unido e França são os cinco países com maior área que ultrapassaram os 0,5 milhões de ha, na observação da área de cada país (VTI)²:



² Todos os dados relativos a 2008, excepto Malta de 2006 e Chipre 2007. Os dados de Portugal foram actualizados com os de 2008 já que o VTI apresentava para Portugal dados de 2007.

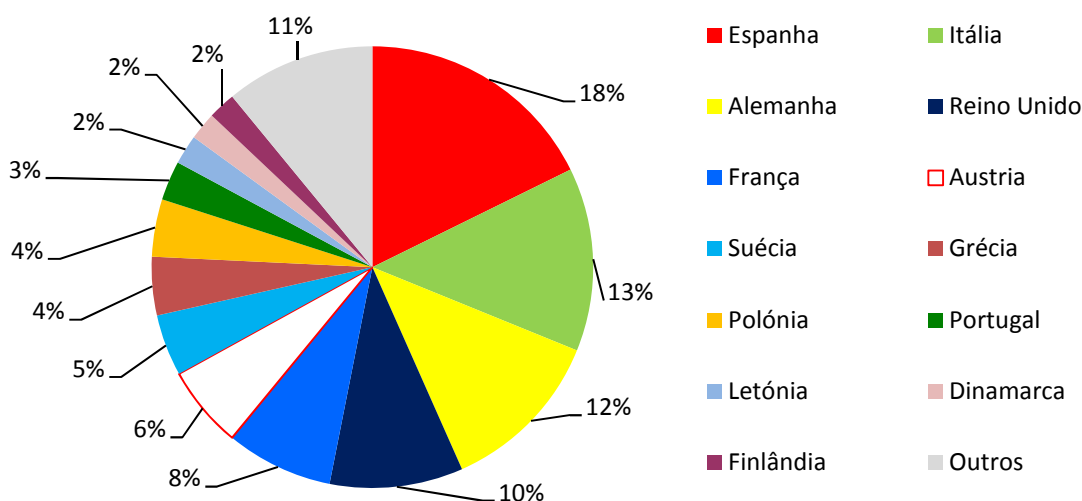
Dependendo o gráfico anterior da área de cada país, não se podem fazer comparações de áreas de países para países, pelo que no gráfico seguinte se compara a percentagem de SAU em ABIO em relação ao total da SAU de cada país, e com a média da UE (VTI):



É bem visível a importância da ocupação da ABIO na Áustria, sendo que 15 países, entre os quais está Portugal (em grande parte devido à elevada área em pastagens em AB), têm uma SAU em ABIO superior à média europeia.

Apresenta-se também a contribuição de cada país para a área total de ABIO na EU, realçando-se que apenas quatro países contribuem com mais de 50 % da área e 8 países com 75% (VTI):

Distribuição percentual da ABIO EU 27 - 2008

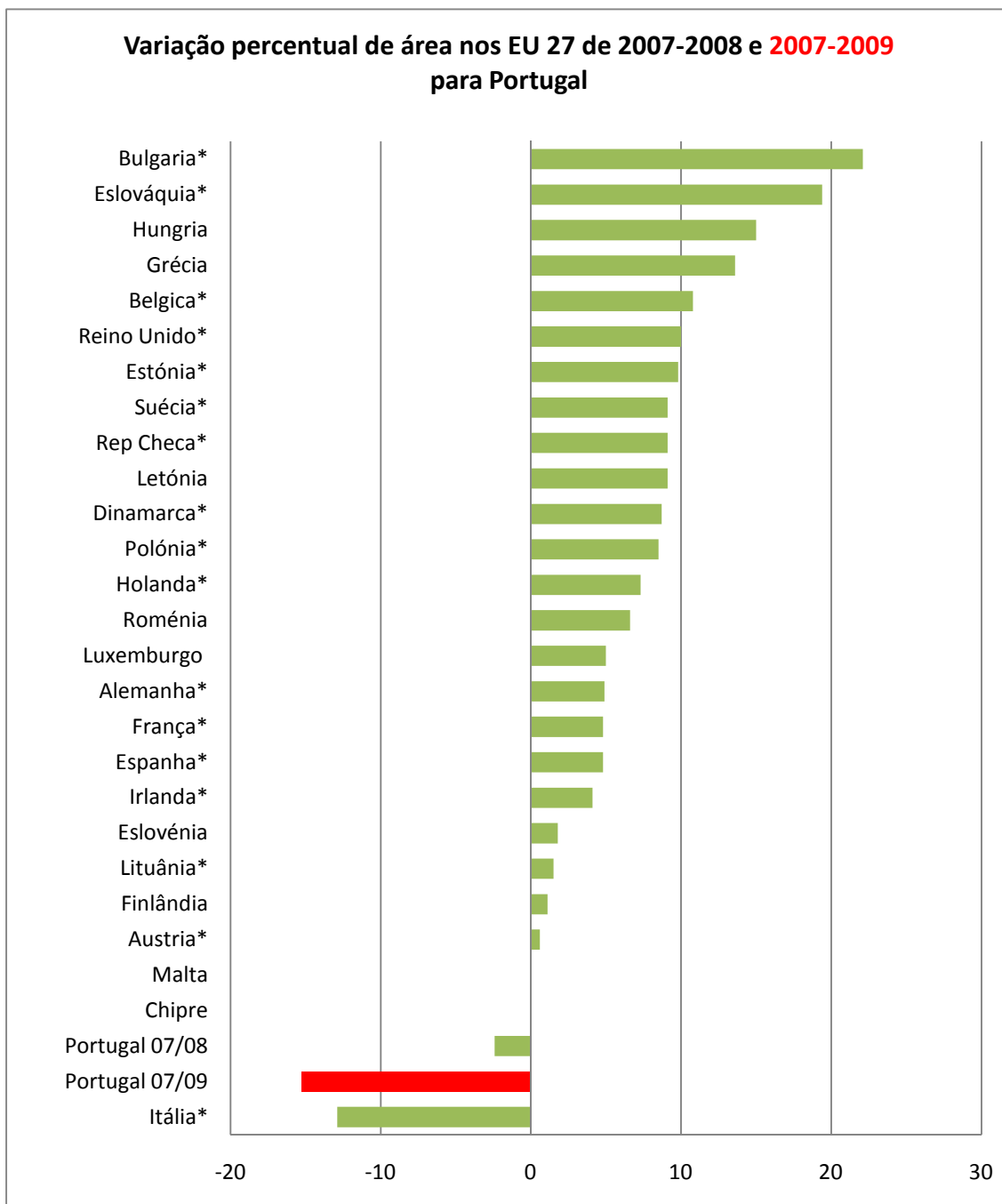


Por último, apresenta-se a percentagem de variação das áreas de ABIO entre 2007 e 2008, em que apenas a Itália e Portugal têm uma variação negativa. Por existirem já para Portugal as áreas de 2009 (GPP) apresenta-se igualmente a variação de 2007 para 2009.

Em Itália a redução das áreas deve-se essencialmente a uma transferência das ajudas do Governo Central para as regiões, que provocou uma redução dos montantes das ajudas e a ajustamentos diversos. Em contrapartida o número de processadores aumentou significativamente pelo que se espera que a produção volte a ter um impulso para o crescimento em áreas e número de operadores, desta feita mais relacionado com o mercado que com as ajudas financeiras.

Já a situação portuguesa é muito mais preocupante pois a redução de área é de 2,41% de 2007 para 2008, mas de 2007 para 2009 há uma redução de 15,29%. As causas desta variação para Portugal apresentam-se de forma detalhada no capítulo seguinte. De qualquer forma não se pode deixar de referir, desde já, que se foi a deficiente definição e desenho de políticas que conduziram à redução de áreas e operadores, a ausência de política de apoio à ABIO, não permitirá qualquer recuperação do sector.

Apresenta-se gráfico de evolução de 2007 para 2008 na EU 27, ainda com Portugal de 2007 para 2009 (VTI):



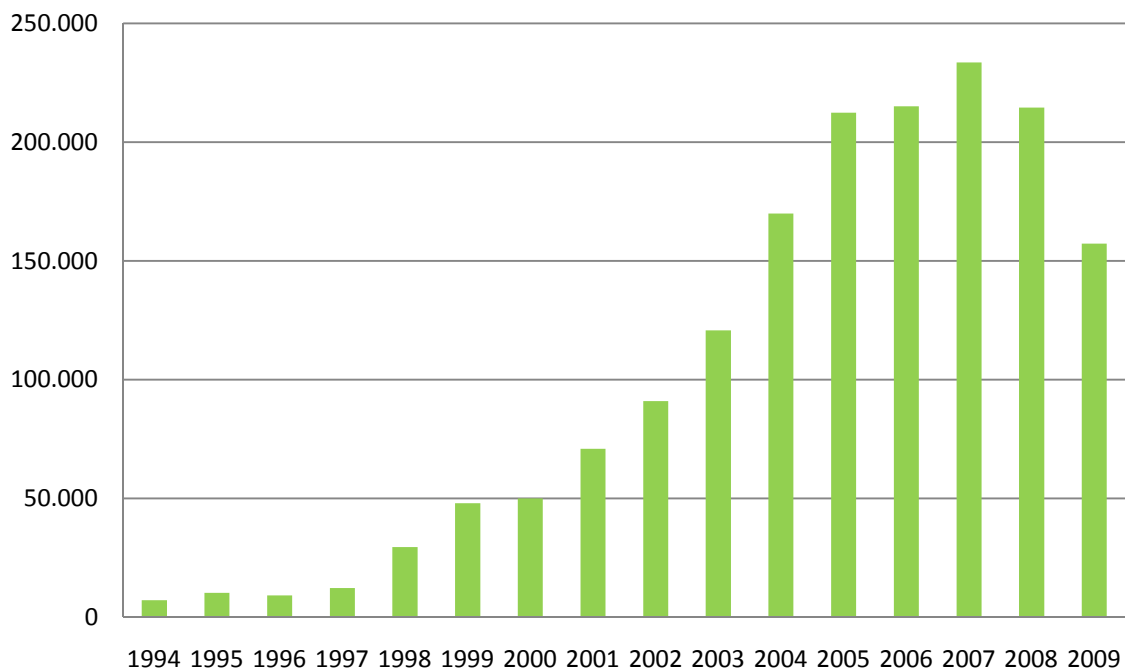
4.3 A AGRICULTURA BIOLÓGICA EM PORTUGAL

Uma das maiores dificuldades que se sente é o desconhecimento da fiabilidade dos dados estatísticos relativos a culturas/áreas e do número de operadores, nomeadamente da sua evolução e actualização. Entre os dados apresentados pelo INE no Recenseamento Geral Agrícola referentes a 2009, e aqueles que o Ministério da Agricultura apresenta para o mesmo ano há uma diferença de mais de 27%. Por se considerarem mais fiáveis, os dados que se apresentam têm por base aqueles que anualmente o Ministério da Agricultura tem apresentado.

Assim, de acordo com os dados disponibilizados pelo Gabinete de Planeamento e Políticas do Ministério da Agricultura (GPP), no Continente, no final de 2009, existiam 1.651 operadores, número que demonstra uma clara redução em relação a 2008 (1902 produtores) que já eram menos que em 2007 (1949 produtores, número mais alto desde sempre). As áreas correspondentes têm vindo igualmente a decrescer, pois dos 233.475 ha de 2007, passou-se a 214.442 ha, em 2008 e de apenas 157.179 ha em 2009. Haverá ainda cerca de 270 operadores transformadores de diversos produtos em 2009.

No gráfico seguinte constata-se uma clara estagnação do crescimento das áreas de 2005 para 2006 e o decréscimo de área de 2007 para 2009, onde se regride para níveis inferiores a 2004; estes são dois factos relevantes cujas razões se discutem à frente, mas que importa desde já salientar, porque estão em absoluto contraciclo com o que se passa na UE e no Mundo.

Área total de ABIO - Continente (ha)

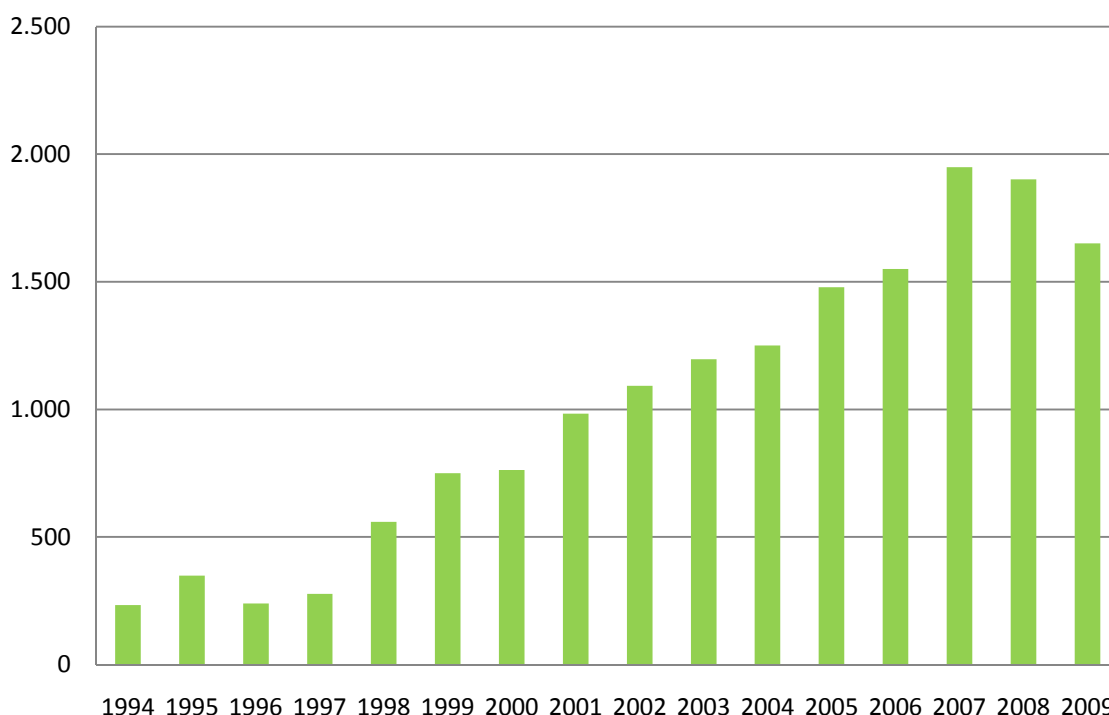


Quanto à evolução do número de operadores que se observa no gráfico seguinte, há uma primeira regressão de 1995 para 1996 que se deve a alterações no sistema de controlo (em 1995 a AGROBIO, que até então era responsável pela certificação, deixou de a fazer, referindo-se os números a partir de 1996 a operadores registados no sistema de certificação oficialmente reconhecido pelo Ministério da Agricultura).

Mais recentemente há 2 momentos que são relevantes: 2000 e 2008-2009.

Em 2000 não houve novos apoios para a ABIO (veiculados pelas medidas agro-ambientais) e, como tal, quase não houve adesão de novos produtores e em 2007, o aparecimento de apoios análogos para a produção integrada, levou a que houvesse produtores que mudaram para esse modo de produção, logo em 2007, o que se acentuou em 2008 e 2009.

Evolução do número de produtores no Continente no período de 1994-2009

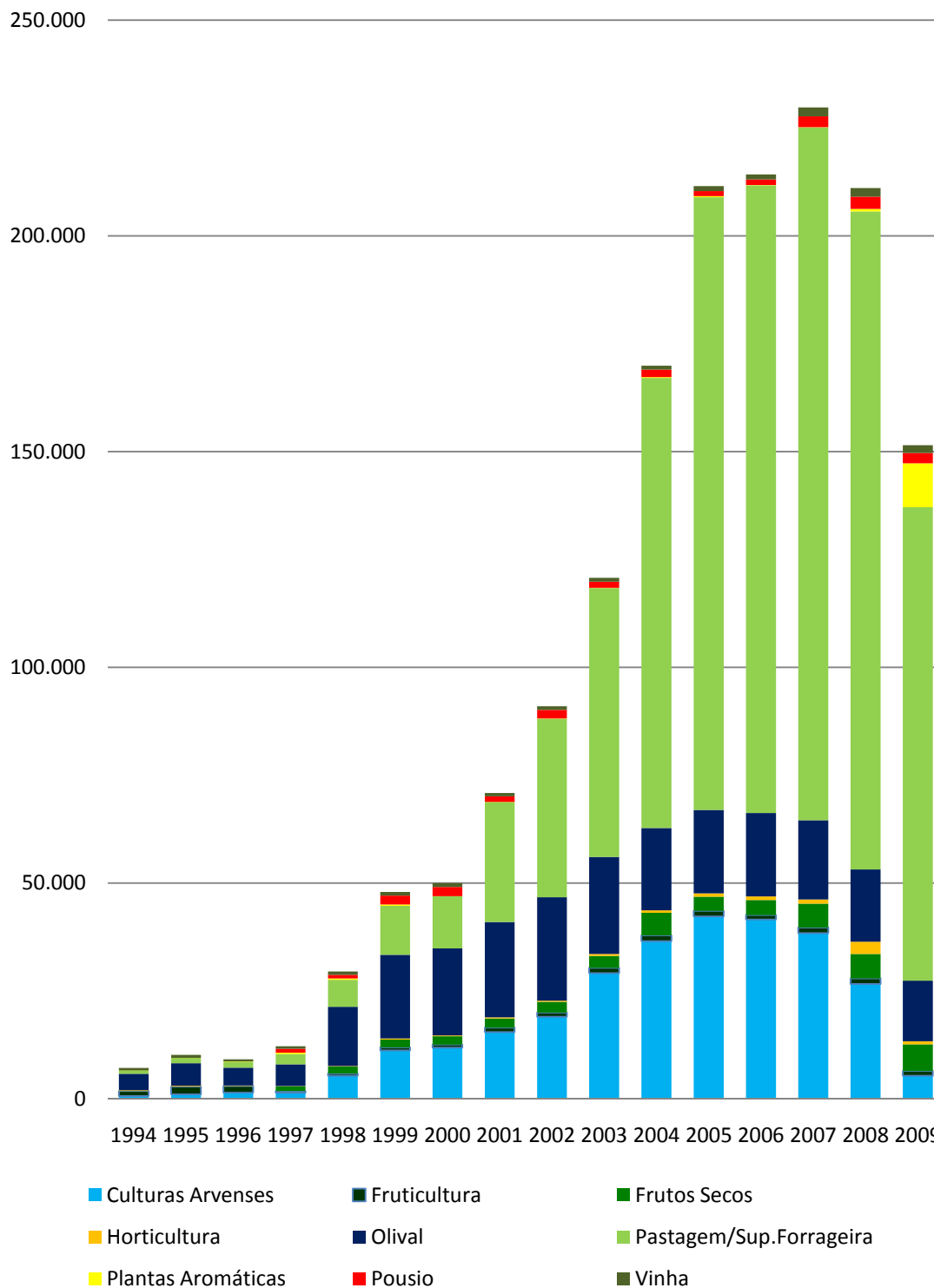


O volume de negócios da ABIO em Portugal situar-se-á entre os 20 e os 22 milhões de euros (estimativa INTERBIO 2010) e tem crescido de forma assinalável, admitindo-se um crescimento superior a 20% ao ano. O facto da produção nacional estar a decrescer, comprovadamente, e como se demonstrará, por efeito de má definição das políticas, demonstra a crescente importação de produtos de ABIO.

Nos primeiros anos de ABIO, de acordo com o Regulamento Europeu, o olival foi a cultura mais importante mas após a regulamentação da pecuária, as pastagens passaram a ter um destaque muito grande. Igualmente se salienta a regressão das áreas de olival e culturas arvenses que se

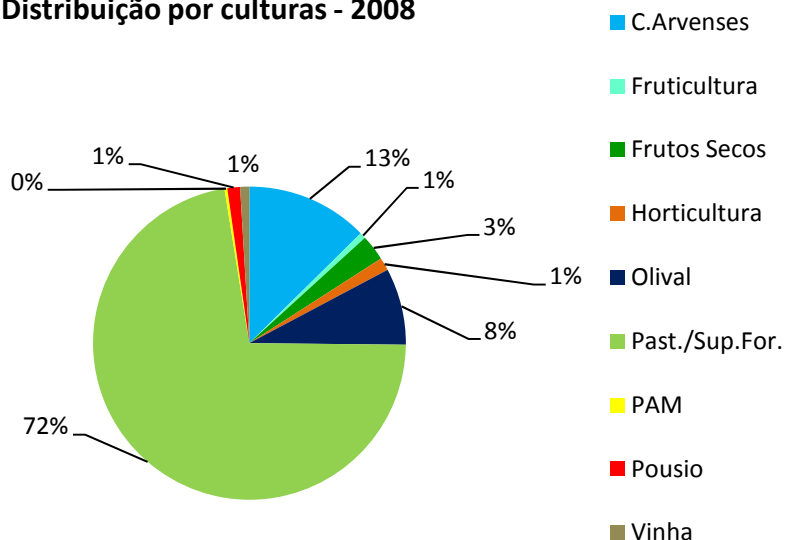
registou de forma clara de 2007 para 2008 e 2009, o que sucede igualmente em quase todos os grupo de culturas, uma vez mais em contraciclo com o que se passa na UE e na grande maioria dos países em todo o Mundo (GPP):

Evolução anual das culturas de 1994-2008 (ha)



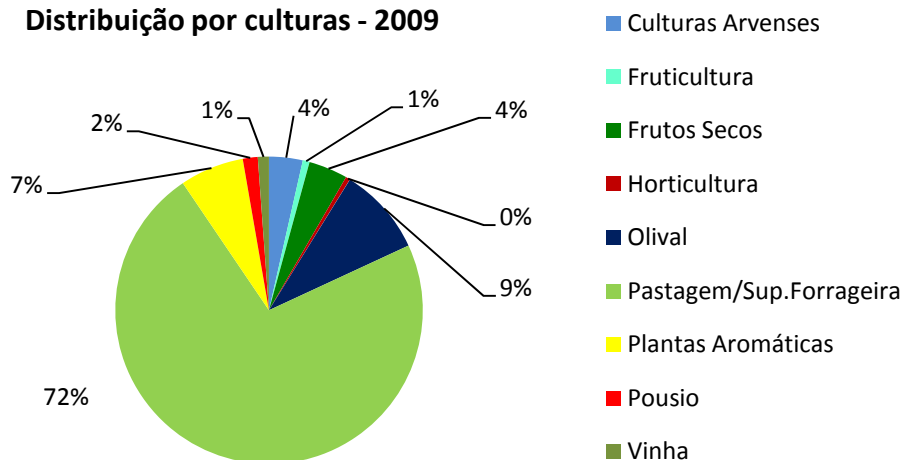
Em 2008 as culturas mais representativas em termos de área são as pastagens e forragens, com 72% da área de AB, seguidas pelas culturas arvenses com 13% e o olival com 8% (GPP):

Distribuição por culturas - 2008



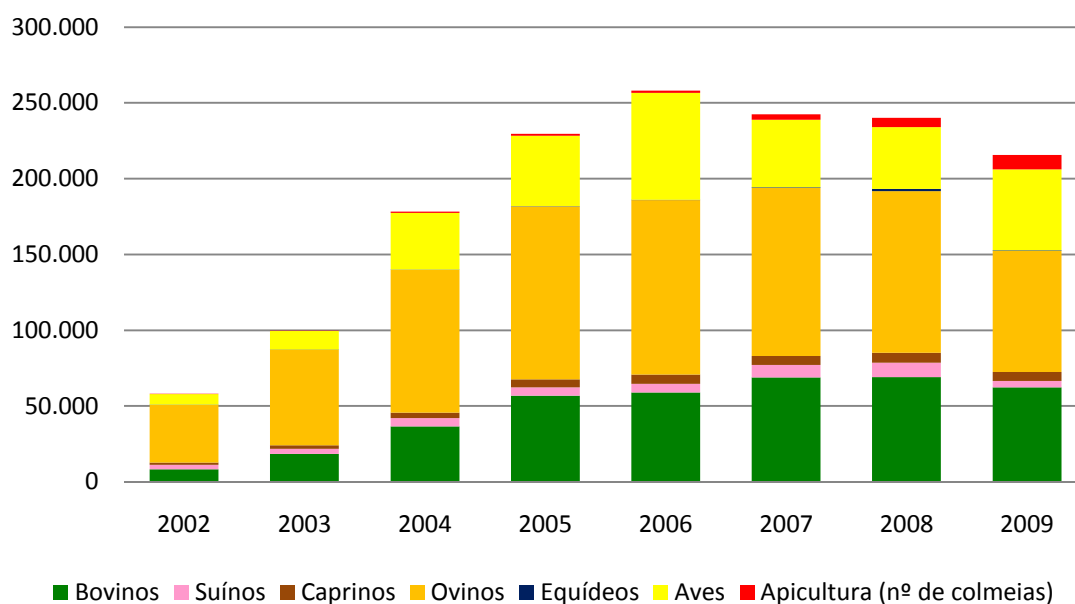
Já em 2009, diminuindo a área total das culturas em ABIO as pastagens e forragens, mantêm 72% da área de AB, mas as culturas arvenses passam a ter só 4% e o olival com 9% e Plantas aromáticas e medicinais passam de uma pequena percentagem para 7% (GPP):

Distribuição por culturas - 2009



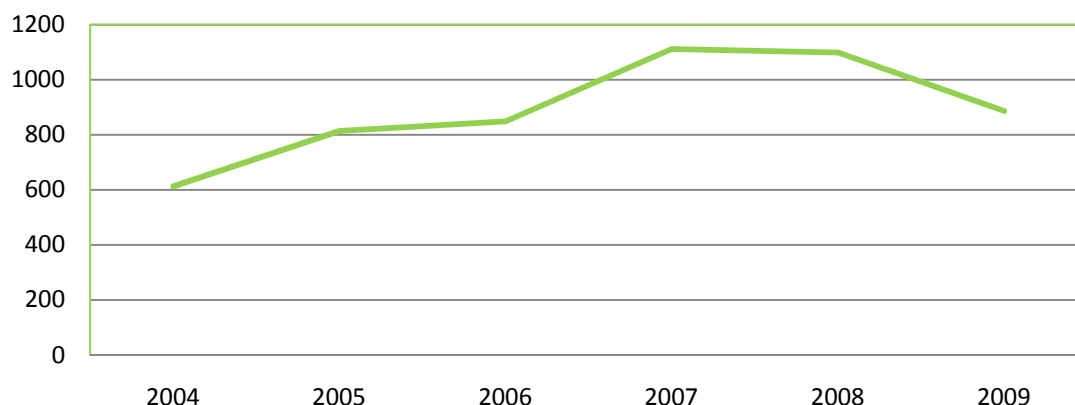
Na pecuária existia em 2008 um efectivo animal em ABIO superior a 100.000 ovinos, cerca de 70.000 bovinos, mais de 40.000 aves, perto de 10.000 suínos, mais de 6.500 caprinos, mais de 1.500 equídeos e mais de 6.000 colmeias (GPP):

Evolução da Pecuária 2002-2009
Nº animais ou nº de colmeias



O número de produtores com pecuária decresceu igualmente em 2009 para os níveis de 2006, o que torna preocupante o abastecimento de carne ao mercado, um dos produtos de procura elevada (GPP):

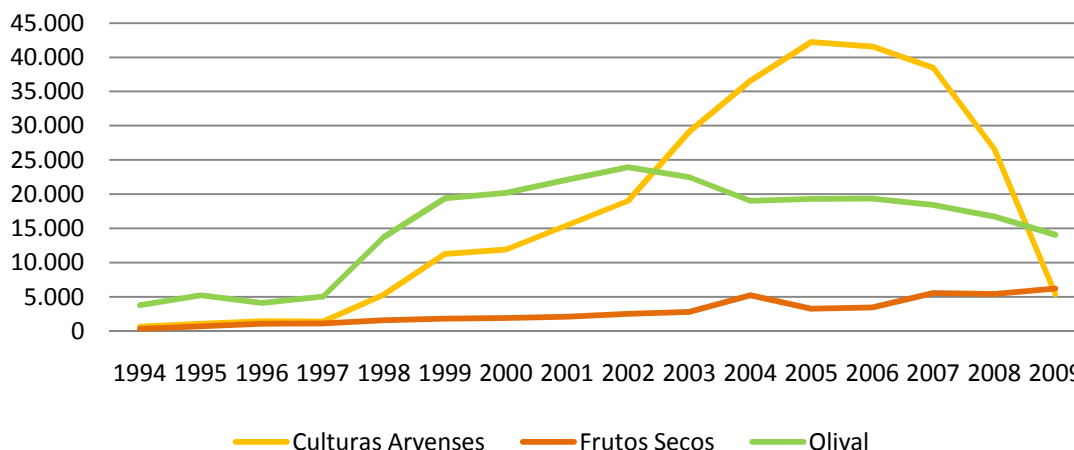
Nº de Produtores com pecuária 2004-2009



Quando se observa a evolução da ABIO em Portugal nos últimos 10 anos verifica-se a existência clara de duas forças com grande impacto no desenvolvimento: os apoios das medidas agro-ambientais e a procura dos consumidores.

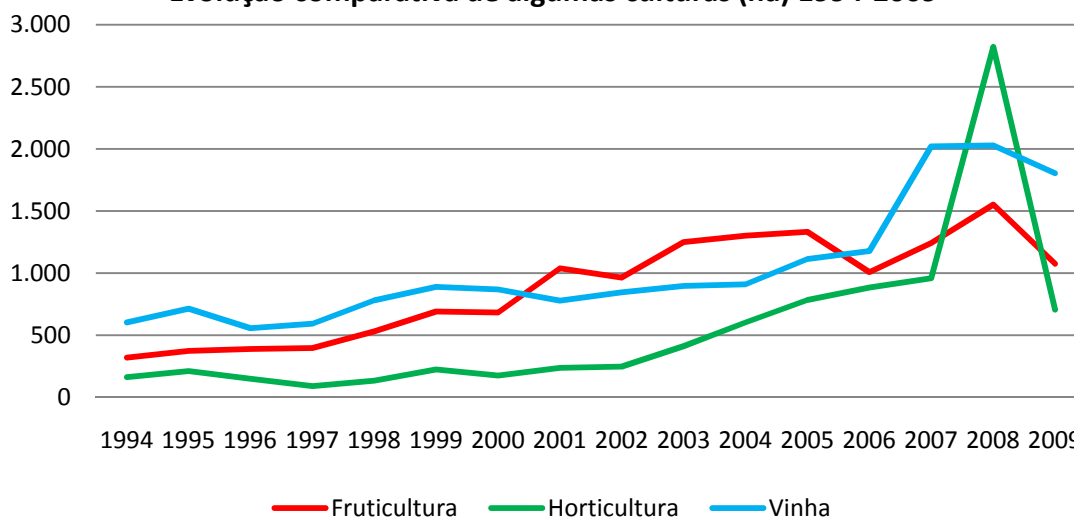
As medidas agro-ambientais, principalmente a partir de 1997, levaram a um elevado desenvolvimento das culturas extensivas como o olival, culturas arvenses e frutos secos³ e, mais tarde, as pastagens, onde os montantes eram mais atractivos (GPP):

Evolução comparativa de algumas culturas (ha) 1994-2009



A procura dos consumidores foi o principal motor para o desenvolvimento das culturas mais intensivas como a horticultura, a fruticultura³ e, embora de forma ténue, a vinha. O valor elevado da área de hortícolas em 2008 poderá resultar de um erro nos dados (GPP):

Evolução comparativa de algumas culturas (ha) 1994-2009



Alterações nos montantes das ajudas a partir da campanha de 2007/2008, assim como o aparecimento de apoios à Produção Integrada em culturas como olival, frutos secos, arvenses de sequeiro, pastagens e forragens, levaram a uma alteração no padrão de crescimento de

³ As áreas de frutos secos nos dados do MADRP em 1994, 1995 e 1996, bem como em 2008, aparecem integradas nas de fruticultura, pelo que se apresenta uma estimativa desagregada do total.

praticamente todas as culturas até 2007, ocorrendo um decréscimo de 2007 para 2009 na área total, principalmente devido ao decréscimo da área de culturas arvenses, mas também das pastagens e olival.

Apesar deste decréscimo de área de 2007 para 2009, em contraciclo com a restante Europa, de 2000 a 2007 a ABIO cresceu 467% em Portugal, analisando até 2009, cresceu 314%, mas note-se de forma preocupante que de 2007 a 2009 houve um decréscimo de 8,15% (2008) e de 32,7% (2009).

Comparando a situação portuguesa com a situação da União Europeia verifica-se que Portugal tem uma percentagem de área de ABIO sobre a área agrícola total acima da média, mas a proporção do número de produtores de ABIO em relação ao número total de agricultores é das mais baixas da UE.

Quanto à comercialização dos produtos biológicos não existem dados estatísticos em Portugal. No entanto, tem-se observado um crescimento das vendas nas grandes superfícies, o aparecimento de supermercados especializados e lojas dedicadas a produtos biológicos em diversas cidades (por exemplo, 9 supermercados e 6 outras lojas na região de Lisboa), o desenvolvimento da comercialização através de mercados de venda directa do produtor ao consumidor nos principais centros urbanos e a comercialização de cabazes entregues ao domicílio.

Nos últimos anos a produção evoluiu de forma favorável ocorrendo hoje menor percentagem de importação, nomeadamente de produtos frescos. No entanto mantém-se uma elevada necessidade de importação de produtos biológicos em produtos transformados em geral e também na produção de arroz e leite.

Quanto à exportação, são relevantes e demonstrativas do potencial algumas exportações de azeite, alguns vinhos de uvas biológicas, e os legumes frescos.

É também significativo um grande desconhecimento por parte dos consumidores portugueses sobre as vantagens da ABIO e a qualidade dos produtos biológicos.

4.3.1 A INFLUÊNCIA DAS MEDIDAS AGRO-AMBIENTAIS NA ABIO

Como se referiu, as medidas agro-ambientais têm um enorme impacto na decisão de adesão à ABIO pelos agricultores, pelo que é importante analisar este importante instrumento de política do sector. A interrupção de crescimento que se nota em 2000 e em 2005 em muitas das culturas, é uma demonstração do impacto destas medidas na adesão à ABIO, pois nestes anos não foram aceites novas candidaturas, e a adesão de novos agricultores foi incipiente.

Estas medidas devem constituir um incentivo à mudança para sistemas de agricultura que promovam benefícios ambientais podendo ser potenciadas e beneficiando com a procura crescente por parte dos consumidores.

A ABIO, como se demonstra, é o sistema de agricultura que mais benefícios ambientais proporciona, produz alimentos de alta qualidade e tem uma procura crescente por parte dos consumidores.

A análise das medidas agro-ambientais estabelecidas para a Protecção/Produção Integrada, deve ser dividida em dois grupos claros face ao impacto que tiveram e à forma como influenciaram a ABIO:

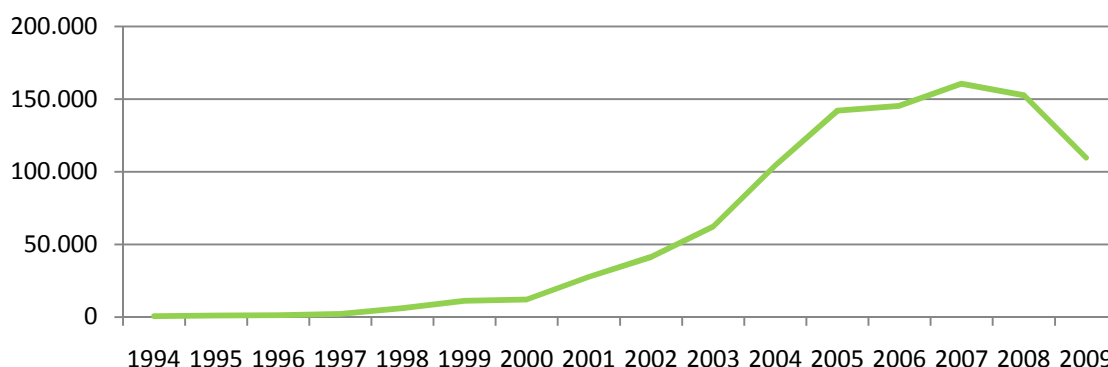
- medidas estabelecidas para as culturas tradicionalmente mais intensivas como pomóideas, prunóideas, vinha e hortícolas;
- medidas para culturas tradicionalmente extensivas como olival, frutos secos e culturas arvenses de sequeiro.

Para as culturas denominadas tradicionalmente mais intensivas como pomóideas, prunóideas, vinha e hortícolas, as medidas ao longo do tempo em que têm vigorado trouxeram benefícios ambientais positivos, nomeadamente na redução de fitofármacos e racionalização da aplicação de fertilizantes. No entanto as especificações da produção integrada são já o requisito mínimo para um operador destes produtos estar o mercado, não sendo hoje possível comercializar hortofrutícolas ou vinho com resíduos de pesticidas, mesmo que abaixo dos limites máximos estabelecidos legalmente, havendo mesmo exigências comerciais muito acima das exigências da produção integrada. Os operadores que beneficiam das ajudas à produção integrada cumprem assim requisitos superiores para poderem permanecer no mercado e comercializarem os seus produtos, encontrando-se assim o benefício desta medida esgotado.

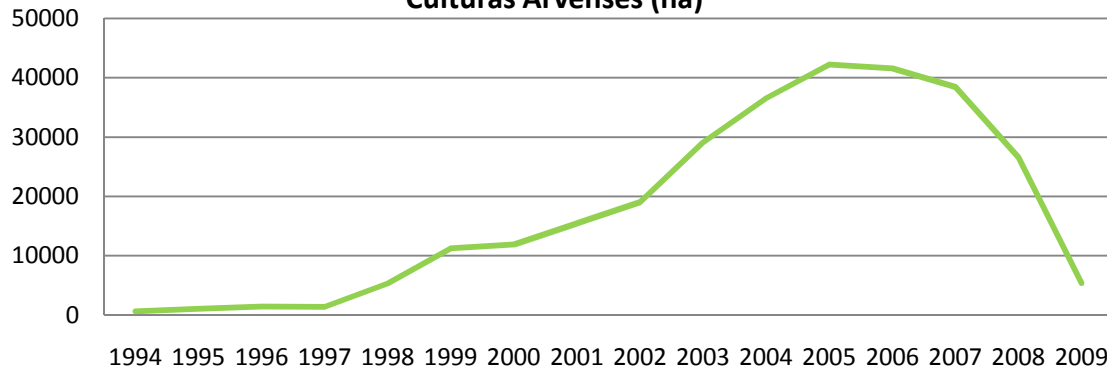
No caso das culturas tradicionalmente extensivas, onde a aplicação de produtos fitofarmacêuticos e fertilizantes era reduzida ou mesmo inexistente, como seja o caso do olival, frutos secos, culturas arvenses de sequeiro, pastagens e forragens, o estabelecimento destas medidas, não veio trazer qualquer benefício ambiental. Pelo contrário, verificam-se mesmo alguns casos em que se registam aumentos da aplicação de produtos fitofarmacêuticos. Trata-se de uma clara reversão ambiental que contraria o objectivo das medidas, situação que tem ainda a agravante de provocar uma diminuição generalizada do número de produtores biológicos e de áreas de culturas arvenses e de pastagens/produção animal e de olival. Note-se que as áreas desta cultura baixaram para níveis de 1998, tendo-se prejudicado de forma assinalável

um mercado em crescimento para o azeite biológico, quer interno quer de exportação, verificando-se um retrocesso ambiental e económico de demorada reversão porque estes olivais vão ter de reiniciar o período de conversão antes de voltarem a produzir azeitonas biológicas. Igualmente o mercado de cereais para consumo humano e animal e o mercado da carne biológica, diminuiu, como se constata nos gráficos seguintes (GPP):

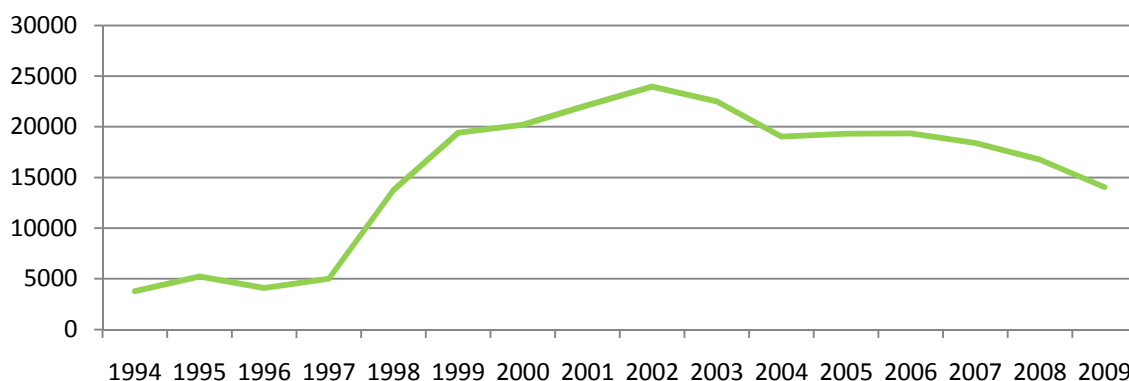
Pastagens e Sup. Forrageiras (ha)



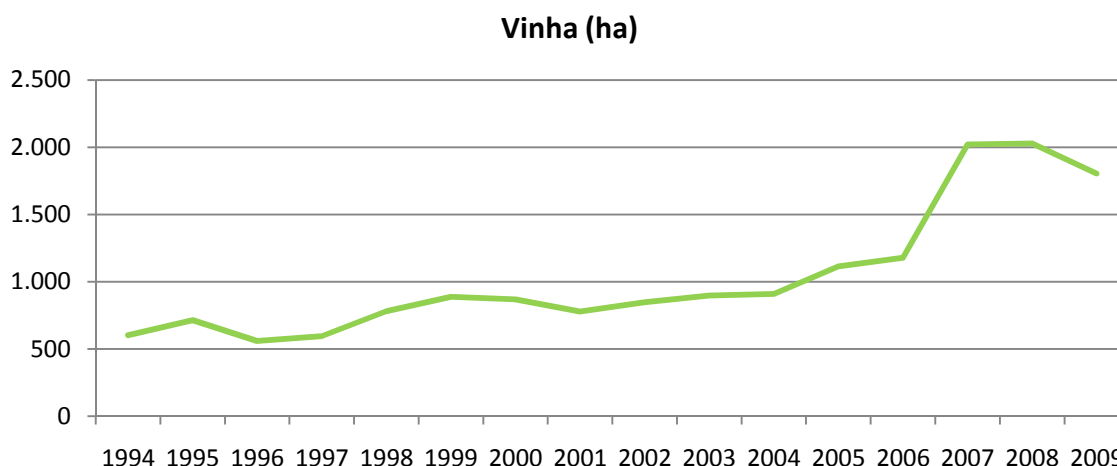
Culturas Arvenses (ha)



Olival (ha)



Saliente-se ainda a evolução da cultura da vinha que igualmente está em contraciclo com os restantes países da UE, em que as ajudas são semelhantes às de Portugal, mas em que as ajudas à produção integrada não se aproximam das da ABIO como acontece em Portugal. Note-se que, como se registou, a vinha tem tido aumentos assinaláveis em toda a Europa, nomeadamente nos países do Sul, (em Espanha mais de 13.000 ha de 2007 para 2008), enquanto em Portugal o aumento estagnou em 2008 e a área diminuiu em 2009. Mais estranho será face às excepcionais condições para a cultura da vinha biológica que Portugal possui em largas áreas do seu território (GPP):



As medidas de incentivo e apoio à ABIO têm um efeito positivo na economia nacional, nomeadamente no aumento da exportação e redução da importação, o que permitirá que os ganhos ambientais que estas medidas proporcionaram perdurem para além dos apoios, porque os operadores de ABIO continuarão a colocar no mercado produtos como o azeite, hortofrutícolas ou carne e o mercado do vinho.

As medidas agro-ambientais devem servir para apoiar os agricultores que, através dos seus modos de produção, permitem claros ganhos ambientais. Dar apoios que conduzam a aumentos de aplicações fitofarmacêuticos apenas se pode dever a uma deficiente avaliação dos efeitos das políticas, que urge de imediato corrigir.

Sendo a Expansão da área de ABIO um dos indicadores considerados na Estratégia Nacional do Desenvolvimento Sustentável, no futuro as políticas devem procurar apoiar de forma inequívoca o desenvolvimento deste modo de produção pois, de outra forma, este objectivo não será de todo alcançado.

4.3.2 ANÁLISE AO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO CONTÍNUA DO PRODER (2007-2013)

O Relatório Intercalar de Avaliação do PRODER, publicado no final de Dezembro de 2010, tem algumas constatações em relação à ABIO que importa comentar e que tem todo o sentido ser objecto de análise neste documento.

Decidiu o Governo, no âmbito do PRODER, dar continuidade ao apoio de práticas agrícolas que promovam a protecção do ambiente e a obtenção de produtos de qualidade certificada, numa medida de apoio à manutenção dos regimes de qualidade no qual se faz a associação dos apoios à AB com os da produção integrada. Foi assim criada, tal como no RURIS, a medida de “Valorização aos Modos de Produção”, através de pagamentos agro-ambientais, em que se apoia de forma modular e pouco diferenciada o modo de produção integrado e a AB. Esta analogia leva a que a decisão de adesão a um dos modos, não seja feita com base em critérios ambientais mas apenas na diferença dos apoios e respectivas exigências o que, de uma forma geral, faz com que a maioria dos agricultores opte pela produção integrada porque os apoios são pouco diferenciados, tendo em atenção as mais elevadas obrigações da AB e o “*menor nível de exigência de condicionalidades*”⁴ da produção integrada.

O Relatório sugere uma redução dos apoios à ABIO, com a qual, de forma alguma se poderá concordar, porque teria, certamente, um efeito de redução da adesão à ABIO, como é bem patente na análise de evolução da adesão anteriormente indicada e a que o Relatório alude e que está sobejamente demonstrado em muitos países com medidas de apoio idênticas.

A consideração de que a ABIO “*tem vindo a assumir uma cada vez maior expressão em território Nacional mesmo à margem dos apoios do PRODER*” e de que “*desta forma o impacto do programa na biodiversidade e no valor natural ganharia com a redução do apoio financeiro*” só se poderá entender pela dificuldade de obtenção de estatísticas fiáveis (por ex. refere-se que “*O PRODER capta apenas apenas uma pequena percentagem dos produtores que se certificam em MPB (cerca de 5%)*”), e por, provavelmente não ter sido considerada a enorme área de pastagens submetidas à ABIO (que não tem apoio pelo facto deste ser atribuído com base no encabeçamento) e que provoca o desvio dos indicadores. De resto, e uma vez mais, esta redução de apoios estaria em absoluto desacordo com o que é hoje entendido pelas políticas agrícolas da maioria dos países europeus, em que o apoio à ABIO é uma prioridade.

⁴ Neste texto encontram-se em itálico as citações do Relatório.

Como já se referiu a adesão à produção integrada nalgumas culturas é mesmo contra-prodedente do ponto de vista ambiental; não aprofundando esta questão o Relatório sugere que *“uma análise superficial às condicionantes do MPRODI permite concluir que há oportunidade para serem redefinidas, de forma que sejam mais correctas do ponto de vista ambiental”* sugerindo mesmo *“o aumento da exigência nas condicionalidades ambientais e boas práticas”* da produção integrada.

O que se critica no desenho conjunto dos apoios aos dois modos de produção nas medidas agro-ambientais, igualmente se pode encontrar no Relatório intercalar uma vez que se associam aos benefícios da ABIO as interacções da produção integrada com o ambiente - quando se refere a atenuação de emissões decorrentes da actividade agrícola, ou o sequestro de carbono – em que se refere o benefício de pastagens biodiversas (independente do modo de produção) e da sementeira directa. Igualmente ao analisar as interacções com a conservação do solo e, sobretudo, com a qualidade da água avaliam-se os efeitos como se fossem idênticos, como se as aplicações de adubos (nomeadamente azotados) e fitofármacos e os seus efeitos na transferência para a água fossem semelhantes.

Saliente-se que a ABIO, na medida de apoio aos Regimes de Qualidade, só tinha uma adesão de 15% em 2009 (contra 70% na produção integrada) e tanto como a adesão aos restantes regimes da qualidade, o que demonstra que o desfasamento das adesões nesta medida deveria ser devidamente analisado.

Na análise crítica à medida de valorização dos modos de produção, o Relatório considera que a medida é *“muito deficitária”* em termos de dotação, sugerindo o reforço para que:

- seja possível *“o prolongamento os contratos iniciados em 2007-08 para o ano 2012-13”*, evitando-se o vazio até à próxima programação de apoios;
- exista *“uma verba para permitir o acesso a estes apoios a quem inicie a actividade em 2010-11 ou posteriormente, nomeadamente no caso de jovens agricultores”*.

Como se verificou em períodos anteriores, esta quebra prejudica seriamente a evolução da ABIO, impedindo a continuidade das adesões e levando a que os produtores que ainda não conseguem manter-se no modo de produção sem o apoio que é proporcionado desistam, para além da necessidade de cumprimento do período de conversão, que afasta alguns produtores potencialmente aderentes.

As perdas para a ABIO por ser considerada em conjunto com o modo de produção integrado é bem patente quando no Relatório se refere *“um forte predomínio do modo*

de produção integrado (83% das candidaturas e 73% da área apoiada)”, muito acima dos 60% estabelecidos como objectivo, em claro prejuízo da área de ABIO, apesar do humilde objectivo em termos do nº de explorações aderentes esperado, apenas 15%, ter sido ultrapassado em 2 pontos percentuais.

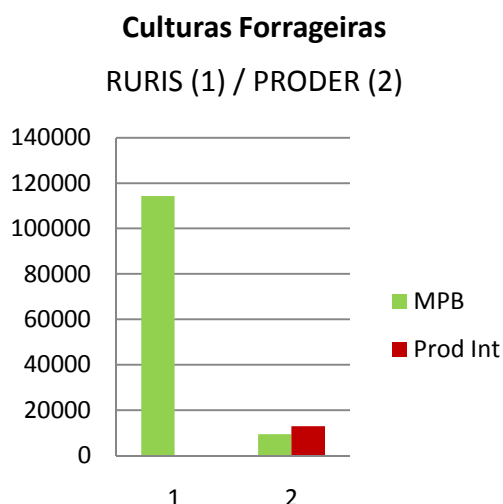
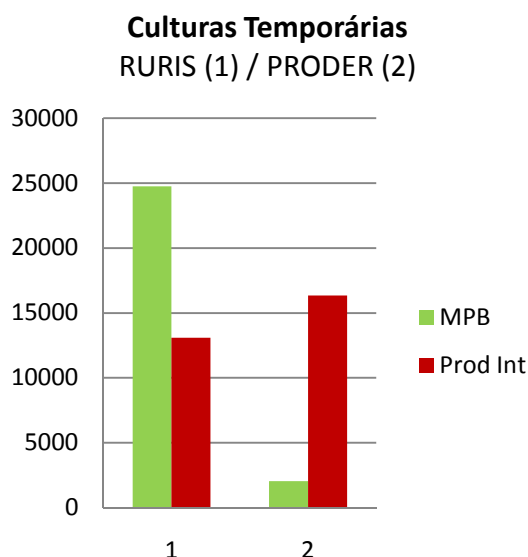
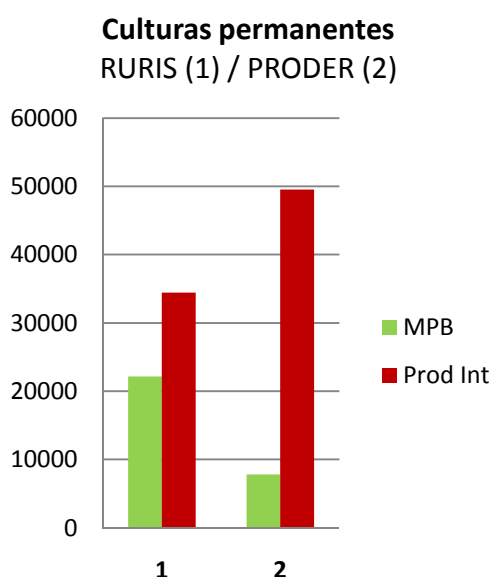
Salienta-se ainda que o nível de adesão à ABIO diminui do Ruris (2001-2005) para o PRODER (2007-2010), o que apenas se pode dever a uma aproximação errada entre os apoios aos dois modos de produção e ao facto das alterações a efectuar no modo de produção integrada serem já muito próximas do que hoje os produtores fazem, havendo uma maior facilidade no cumprimento do modo de produção integrado em relação à ABIO. Corroborando os gráficos de evolução da ABIO apresentados anteriormente, em todas as produções apoiadas no RURIS e no PRODER há uma forte diminuição da adesão ao apoio na ABIO (nalguns casos a quebra é 10% no PRODER em relação ao RURIS) e a adesão à produção integrada é 10 vezes maior na produção integrada. Pela sua importância reproduz-se o quadro que é apresentado na página 507 do Relatório de Avaliação Intercalar do PRODER, optando-se ainda pela sua representação gráfica para algumas das culturas, que demonstram exemplarmente as reduções de adesão à ABIO.

Proporção das proporções de áreas apoiadas em cada um dos modos de produção por cultura, com a SAL ocupada por esta - Rel Aval Interc PRODER

TIPO DE CULTURA	SAU	Modo de Produção	RURIS	PRODER	GPP	
	2006		2006	2009	2006	2008
	ha		ha			
Culturas Permanentes	643.520	MPB	22.162	7.812	24.977	25.741
		Prod Int	34.451	49.549	-	-
Arroz	21.734	MPB	19	5	-	-
		Prod Int	14.765	6.952	-	-
Culturas Temporárias	855.286	MPB	24.756	2.043	42.949	29.987
		Prod Int	13.096	16.331	-	-
Culturas Forrageiras	466.300	MPB	114.374	9.370	15.347	-
		Prod Int	119	12.955	-	-
Culturas Hortícolas	36.000	MPB	468	98	883	2.833
		Prod Int	12	404	-	-
Pastagem Permanente	1.659.175	MPB	-	33.812	130.087	-
		Prod Int		54.934	-	-
Culturas Forrageiras + Pastagem Permanente	2.125.475	MPB	-	-	-	152.521

Os indicadores do quadro apresentado, e os gráficos ele extraídos são claros sobre a enorme regressão da adesão à ABIO que as políticas criaram, salientando-se que há uma clara passagem de áreas de ABIO para produção integrada em todas as culturas, sendo que esta passagem de áreas parece directa nas culturas permanentes e nas temporárias, e de desinteresse pela medida nas culturas forrageiras.

Face à natureza dos modos de produção e respectivos benefícios ambientais fica evidente a regressão que o desenho das medidas provocou (Rel Aval Interc PRODER):



Como refere o Relatório “a forma como o apoio às áreas forrageiras, em função do efectivo pecuário até ao limite de 1ha/CN (com excepção dos equídeos) é um incentivo ao aumento do encabeçamento”, uma vez que o apoio aumenta com este até ao limite imposto. Para a ABIO, onde muitas vezes as condições edafo-climáticas impõem encabeçamentos menores, sta medida acaba por não ser adequada, apesar da necessidade de um apoio à pecuária, decisivo para o salto quantitativo que se pretende dar.

O Relatório faz ainda uma comparação entre área de ABIO apoiada através das medidas agro-ambientais e as áreas existentes. Sendo esta análise importante e podendo demonstrar que há desfasamento entre a adesão e a prática da ABIO e as políticas de apoio seguidas, o que este quadro salienta é também a incoerência dos indicadores e estatísticas da ABIO e Portugal, uma vez que os dados referentes a operadores do INE e do MADRP não são iguais, o que influencia a análise. Por exemplo na vinha, os elementos apresentados referem a existência de apoio a 737 ha de vinha em Portugal, que corresponderia a um apoio de 62,5%, isto é, haveria em Portugal cerca de 1180 ha de vinha, segundo os dados do INE; no entanto o GPP indica a existência de 2028 ha como estando em ABIO o que se traduziria apenas por um apoio a 36,3% da área total de vinha.

Pela importância do Quadro em que se baseia a análise da percentagem de área apoiada em relação a uma área que se considera total, apresenta-se o mesmo, salientando-se, uma vez mais, a absoluta necessidade de um investimento na procura de dados estatísticos fiáveis.

Dimensão das áreas apoiadas pela Acção 2.2.1 em ABIO até 2009 face aos valores totais nacionais de ABIO em 2008 – Rel Aval Interc PRODER

	Área apoiada pela Acção 2.2.1 até 2009(ha)	Fracção da área Nacional (face a 2008) (%)
Culturas Permanentes	7812	31,4
Fruticultura	963	24,4
Olival	4585	32,1
Vinha	737	62,5
Pastagem Perm + Cult Forrag.	10790	28,3

De referir ainda que, lamentavelmente, o Relatório não analisa o impacto que estas medidas tiveram na variação positiva/negativa de disponibilização de bens agro-alimentares certificados junto do consumidor. Objectivo este traçado como fundamental na implementação das diversas medidas, como por exemplo, “Assegurar ao consumidor a disponibilização de produtos alimentares ou processos de produção de qualidade certificada” (alínea c) do Artigo n.º 2 Anexo à **Portaria n.º 260/2009** .

Numa observação do mercado constata-se que os produtos de agricultura biológica, apesar dos parques apoios, chegam ao mercado e têm procura, vencida a dificuldade do início do processo de adesão, nomeadamente a ultrapassagem do período de conversão e a dificuldade da criação dos canais de escoamento. Quanto aos produtos de produção integrada não aparecem no mercado como certificados, essencialmente porque é o mínimo que o consumidor exige para os comprar (não havendo assim diferenciação).

A continuar com esta politica, iremos certamente comprometer outro dos objectivos traçados aquando da implementação dos Regimes de Qualidade, nomeadamente o da Alínea b) do Artigo n.º 2 Anexo à **Portaria n.º 260/2009** “Contribuir para a criação das condições necessárias à sustentabilidade e competitividade dos sistemas de qualidade certificada”, já que, a AB continuará a ver os seus agricultores a desistir e, numa lógica meramente de rentabilidade subsidiária, a transferirem-se para a produção integrada, a qual não apresenta qualquer resultado visível no mercado, pese embora, ter absorvido a quase totalidade das subvenções financeiras.

5 ANÁLISE SWOT

Como atrás se referiu, em 2004 foi apresentado um Plano Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Biológica, por iniciativa do então Ministro da Agricultura Eng.º Armando Sevinate Pinto, do qual constava uma detalhada análise SWOT. Neste documento actualiza-se a análise então efectuada, uma vez que em 6 anos a situação se alterou, apesar de muitos dos pontos então considerados se considerarem actuais.

Ao contrário da altura da preparação do Plano de 2004, é hoje relativamente fácil ter acesso a documentos com Planos Nacionais ou Regionais para a Agricultura Biológica, bem como estão acessíveis trabalhos de análise desses planos e até de comparação entre as políticas de diversos países. O desenho de alguns destes planos, políticas ou estratégias igualmente se basearam em análises SWOT, o que facilita o trabalho desenvolvido neste capítulo. De salientar o relatório de 2005 realizado por Häring (*et al.*), *Assessment of policies and development of policy recommendations for organic farming: A cross country synthesis of national policy workshops in 11 European countries* que faz uma análise comparativa das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças analisadas na Alemanha, Áustria, Eslováquia, Espanha, Estónia, Hungria, Itália, Polónia, Reino Unido, República Checa e Suíça.

Tal como em 2004 faz-se uma avaliação global da ABIO em termos de Forças e Debilidades, Oportunidades e Ameaças para o sector, a que se segue uma avaliação mais detalhada para os sectores que se consideram mais importantes e de intervenção estratégica na definição das medidas da Política a implementar.

5.1 FORÇAS

Os objectivos da PAC, e as perspectivas de evolução na segunda década do Século XXI, são coincidentes em pleno com os da agricultura biológica.

A ABIO dá resposta directa a 3 dos objectivos do Milénio definidos pelas Nações Unidas.

A ABIO contribui para o cumprimento dos objectivos de quatro convenções internacionais: Convenção para a biodiversidade, Convenção das Nações Unidas para o combate à desertificação, Convenção das Nações Unidas para redução das Alterações Climáticas e Convenção Europeia da Paisagem.

A agricultura biológica é reconhecida como um instrumento para o desenvolvimento local sustentável

Modo de produção com capacidade de fornecimento de bens públicos de elevado interesse.

A percepção do modo de produção pela população e consumidores é de simpatia.

A sociedade admite efectuar pagamentos directos a sistemas de agricultura que preservam o ambiente e proporcionam bem-estar animal..

A ABIO consegue maior sequestro de carbono que outros modos de produção.

A ABIO diversifica a actividade agrícola produzindo um mosaico paisagístico agradável.

As emissões de gases com efeito de estufas na ABIO são menores que noutras agriculturas.

Os solos de ABIO têm uma boa estrutura, diminuindo os riscos de erosão
A ABIO não utiliza herbicidas ou outros pesticidas de síntese.
Percepção crescente das questões ambientais.
Consciencialização da maioria dos operadores envolvidos.
A maioria dos actuais produtores têm informação razoável sobre a ABIO
Existência de um conjunto de conhecimentos tradicionais que podem ser utilizados no MPB
Possibilidade de obter produtos de qualidade, altamente apreciados no mercado.
O mercado nacional e europeu tem tido um desenvolvimento crescente.
Os preços dos produtos ABIO são competitivos no mercado nacional e internacional.
Grupos consolidados de consumidores.
Os consumidores têm preferência por produtos nacionais.
Sector em crescimento e com elevado potencial de continuar a crescer.
Os alimentos ABIO transmitem segurança alimentar, em qualidade e quantidade.
Iniciativas pontuais de promoção da ABIO.
Grande potencialidade de exportação nalguns produtos.
Há um sistema de controlo fiável.
As mais restritivas regulamentações de segurança alimentar, boas práticas agrícolas e bem estar animal, são naturalmente cumpridas.

5.2 DEBILIDADES

Complexo em relação à ABIO que impede que a ABIO seja assumida como modo de produção que deve ter um claro apoio.
Produção sazonal e pouco organizada que conduz a carências e excessos frequentes.
Pouca estabilidade do sector de comercialização com desaparecimento de alguns operadores de que dependiam outros.
Dispersão da produção e pulverização dos locais de comercialização o que encarece em muito a distribuição
Vendas com margens muito elevadas nalguns mercados e desequilíbrio na distribuição de valor que fica na parte final da cadeia
Elevada importação de alguns produtos.
Não há conhecimento dos produtos de ABIO pelos consumidores portugueses, nem das vantagens dos mesmos.
Alguns produtos de alta qualidade são exportados na totalidade não estando disponíveis no mercado nacional.
Organizações de agricultores de ABIO sem intervenção clara e consequente.
Interprofissionalismo com dificuldades de reconhecimento e com dificuldades de intervenção.
Dificuldades de comunicação entre as organizações do sector.
O logotipo nacional para produtos ABIO não está em uso.
Falta de capacidade de preparação / transformação de produtos de ABIO.
Obrigatoriedade da separação entre produtos de ABIO e outros o que encarece o produto preparado.
Carência de apoio técnico adequado.
Falta de documentação técnica adaptada/traduzida.
Pouca preparação de muitos dos operadores.
Insuficiente oferta de formação profissional específica.

Insuficiente oferta de ensino superior e de ensino profissional agrícola no âmbito do MPB.
Insuficiente oferta de investigação, experimentação e demonstração.
Inexistência de um programa específico de experimentação e demonstração.
Quase inexistência de investigação e Desenvolvimento experimental no sector.
Falta de materiais vegetativos e sementes de ABIO.
Poucos factores de produção com autorização de venda.
Os factores de produção que dão resposta às necessidades dos agricultores são muito mais noutros países.
Falta de uma sistema de avaliação e/ou certificação de factores de produção.
Equipamentos para técnicas auxiliares caros e de difícil alcance.
Falta de divulgação junto de produtores convencionais e suas associações sobre o MPB, regras e vantagens, potencialidades do mercado.
O reconhecimento das vantagens ambientais, para a saúde e sociais da ABIO não é recompensado fiscalmente.
Não há estratégias de marketing concertadas e consequentes.
Insuficiência da estrutura do MADRP para a ABIO.
Insuficiência ou inexistência de estatísticas sobre a produção, transformação e comercialização de produtos da AB.

5.3 OPORTUNIDADES

Sensibilidade ambiental crescente
Crescente consciencia da necessidade de consumo de produtos nacionais e *amigos* do ambiente.
Percepção da necessidade de pagamento da produção de bens públicos.
Os consumidores têm consciência de que a saúde começa à mesa.
Métodos e práticas agrícolas cada vez mais populares por razões ambientais e de saúde.
Há um quadro de apoios financeiros para a ABIO.
Possibilidade de angariar verbas para o apoio ao modo de produção pela criação de formas de pôr em execução o princípio do poluidor-pagador.
Simpatia crescente pelo modo de produção biológico.
Procura crescente de alimentos de alta qualidade e com elevada segurança alimentar.
Desenvolvimento dos mercados nacional e internacional com elevada capacidade de crescimento.
Grande capacidade de crescimento no sector das cantinas escolares.
Grande capacidade de crescimento no sector dos serviços de saúde.
Os produtos de ABIO permitem a abertura de canais de comercialização, valorizando o produto.
Espaço para o aparecimento de unidades que originam valor acrescentado.
Grande diversidade de recursos genéticos autóctones e bem adaptados às condições nacionais, já concentrados em bancos de sementes ou registados em LG.
As condições naturais de grande parte do território permite a adaptação de muitas culturas à ABIO.
As práticas agrícolas de grande parte do território tem baixa aplicação de factores de produção e são extensivas.
A agricultura familiar e de pequena dimensão em algumas partes do território permitirá o

crescimento da ABIO.

Possibilidades de potenciação com alguns sistemas de diferenciação como sejam as Denominações de Origem Protegida ou as Indicações Geográficas Protegidas.

Capacidade crítica que permite intervenção e apoio a políticas de desenvolvimento.

Grande capacidade de criação de actividades complementares à ABIO .

Boa capacidade de criação de emprego no sector.

O sector do MPB pode contribuir para a renovação do tecido sócio-empresarial de zonas agrícolas em regressão.

Fixação de população activa na faixa interior do país e combate ao despovoamento.

Recomendação de organizações internacionais para o apoio ao desenvolvimento da ABIO.

A AB é o único modo de produção em que há controlo de OGM.

Associação da ABIO ao “sem-OGM”.

As actuais formas de difusão da informação e as tecnologias de comunicação oferecem grandes oportunidades para a disseminação de informação, para a cooperação e facilidades à evolução do mercado.

Dificuldades crescentes na comercialização de produtos da agricultura convencional.

Aumento de restrições e regulamentações na agricultura convencional.

A expansão da área de ABIO é um dos indicadores considerado na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável.

Directiva Quadro do Uso Sustentável de Pesticidas (Directiva 2009/128/CE) que deverá ser implementada em 2014 e que favorecerá a ABIO.

5.4 AMEAÇAS

Utilização dos argumentos da ABIO sem a referir, permitindo que pareça que outros modos de produção produzem serviços e benefícios idênticos.

Comparações pontuais de outros modos de produção com a ABIO sem a percepção do conjunto e das desvantagens que esses modos de produção provocam.

Os decisores políticos não apoiam de forma clara a ABIO.

Apoios muito semelhantes à ABIO e a outros modos de produção.

Apoios das agro-ambientais em culturas e modos de produção que conduzem a retrocessos ambientais.

Apoios das medidas agro-ambientais com restrições que afastam a adesão de novos produtores.

Atrasos no pagamento de apoios e suspensões constantes do pagamento dos apoios.

Confusão e utilização abusiva do termo “biológico” e dos prefixos “bio” e “eco” (falsos Bio)

Má utilização da tradução de "organic" para "orgânico" em vez de "biológico".

Não existe um eficaz processo de actuação quando se regista a utilização indevida da expressão “bio” e “eco”.

Desconhecimento pelo consumidor do que são produtos biológicos.

Confusão do consumidor devido aos diversos logotipos e marcas existentes.

Preços dos produtos de agricultura biológica muito altos.

Pouca transparência na distribuição das margens.

A distância legal necessária entre as áreas com OGM e áreas de ABIO não dá garantias de ausência de contaminação.

Aumento das espécies GM que podem provocar contaminações irreversíveis e perdas de diversidade genética.
 Falta de garantias de não contaminação a partir das parcelas vizinhas.
 Pouca transformação dos produtos e matérias primas.
 Falta de regulamentação para o vinho biológico.
 Inoperância do sector no MADRP, apesar de uma melhoria nos últimos tempos.
 Distribuição das responsabilidades da ABIO por diversos departamentos do MADRP.
 Inexistência de um guia de interpretação e deficientes interpretações do Regulamento.
 Critérios diferentes entre OC.
 Proliferação de OC com pouco empenho e experiência no sector.
 Parte do crescimento do sector está mais influenciado pela recepção de ajudas que pela procura do mercado.
 Muitos agricultores cumprem o mínimo para poderem beneficiar das ajudas
 Utilização de factores de produção não autorizados, por aconselhamento de vendedores.
 Falta de factores de produção autorizados noutros países.
 Concorrência de produtos de outros países com preços inferiores.
 Consumidores com restrições orçamentais que podem impedir o crescimento do consumo
 Não há investigação aplicada.
 A rentabilidade é baixa especialmente durante a conversão.

5.5 ANÁLISE SWOT PARA ALGUNS SECTORES

Considera-se uma avaliação em detalhe, mais específica para a ABIO portuguesa, tendo em atenção alguns sectores particulares, como sejam os dos cereais, azeite, hortofrutícolas, vinha e carne.

5.5.1 CEREAIS

Forças	Debilidades
A cultura de cereais é feita em todo o país, com muitas variedades bem adaptadas às condições existentes.	A cultura foi abandonada por pouco rentável em algumas zonas do País.
A dimensão de algumas unidades de produção é grande mas a cultura também pode ser efectuada com sucesso em diversos outros tipos de unidades.	A aquisição no exterior tornou-se habitual, mesmo com produto nacional existente.
A cultura é tradicional nalgumas rotações.	A grande dependência e influencia das ajudas
A procura é elevada quer para panificação e consumo humano quer para alimentação animal (transformados e naturais).	A obrigatoriedade de existência de sementes certificadas, não podendo os operadores usar semente própria.
Portugal tem elevados consumos de alguns cereais.	Dificuldades de adubação de cobertura.
Há uma boa capacidade de armazenamento dos cereais	Ausência de produção de arroz
	Ausência de transformação de cereais
Oportunidades	Ameaças
Procura de cereais para diversos fins com	Terrenos de cereais com concorrência para

interesse dos consumidores.	outras culturas e formas de produção.
Procura pelo mercado de alimentos compostos para animais.	O abandono da rotação com cereais e a <i>certeza</i> de que “os cereais não dão”
Existência de estudo de variedades regionais que permitem a escolha de uma boa adaptabilidade às regiões	
Necessidade de cereais e pags a melhor preço, pela indústria de alimentos compostos para animais.	

5.5.2 AZEITE

Forças	Debilidades
Alto grau de especialização no sector da ABIO quer na produção de azeitona quer na transformação de azeite.	Produto mal tratado na fase de colheita e transformação nalguns casos.
A cadeia produtiva e de comercialização está bem estruturada com bons canais de comercialização.	Muito grande dependência das ajudas.
Grande capacidade de exportação	Nalguns casos tradição de mobilização do solo em épocas em que pode haver erosão
Boas condições de produção em quase todo o País	Dificuldades no recurso a fitofarmacêuticos autorizados.
Boas condições edafo-climáticas.	Algumas pragas com tratamento em ABio difícil.
Grande potencialidade de crescimento	
Oportunidades	Ameaças
Elevada procura no mercado interno pelo consumidor final.	Alguns mercados internacionais com referenciais de certificação com exigências maiores que o Reg Europeu.
Procura no mercado exterior.	Preços em quebra
Distribuição procura marcas próprias.	
Associação do azeite Biológico às DOP	

5.5.3 HORTOFRUTÍCOLAS

Forças	Debilidades
Condições climáticas favoráveis a muito favoráveis	Elevado grau de importação.
Boa diversidade de espécies e variedades regionais	Grande volatibilidade das entradas e saídas dos operadores do sector.
Bom grau de especialização de muitos operadores de ABIO e convencionais	Custos de produção têm aumentado.
Consumo nacional em bom crescimento	Dificuldade de obtenção de sementes e de jovens plantas.
Bom grau de estruturação da cadeia produtiva	Dificuldades de autorização de venda de produtos fitofarmacêuticos.
Boa possibilidade de exportação	Pragas e doenças com dificuldades de tratamentos.

Grande procura a nível das escolas	Investimentos geralmente elevados.
Bom potencial de crescimento	Dificuldades associadas à sazonalidade.
Grande redução de aplicação de herbicidas nos últimos anos nalgumas zonas.	Pouca capacidade de transformação.
Oportunidades	Ameaças
Foram dados bons passos no sentido da resolução de problemas técnicos que substituam pesticidas.	Alguns problemas sanitários mantêm dificuldade de resolução
Procura por hortícolas frescas preparadas	Circuitos comerciais pouco desenvolvidos
	Entrada de produtos de Espanha com preços inferiores ao do mercado nacional.

5.5.4 SECTOR VITÍCOLA

Forças	Debilidades
Boas condições para a prática da cultura da vinha.	Ausência de um regulamento para os vinhos BIO
Grande redução de aplicação de herbicidas nos últimos anos nalgumas zonas.	Tradicionalidade da mobilização ou do uso de pesticidas.
Bastante tradição na cultura da vinha.	Dificuldades com a homologação de produtos fitofarmacêuticos e respectivas autorizações de venda.
Produtos de muito boa qualidade tradicionalmente.	
Cadeia produtiva bem estruturada.	
Boa capacidade de laboração das uvas.	
Mercado de exportação bem estruturado.	
Grande potencialidade de crescimento.	
Oportunidades	Ameaças
Tem havido uma redução apreciável da aplicação de fitofármacos.	Crescente concorrência exterior

5.5.5 CARNE

Forças	Debilidades
Grandes áreas de produção pecuária extensiva, muito próxima da ABIO	Grande parte da alimentação é de fora da unidade de produção.
Existência de unidades de produção pecuária de grande dimensão.	Grande dependência dos preços dos alimentos de factores externos.
Nas diversas espécies, raças autóctones, cruzadas e outras com grande adaptabilidade a vastas áreas de Portugal	Falta de veterinários com formação específica em ABIO.
Agrupamentos de produtores fortes e bem estruturados	Falta de fármacos alternativos aos tradicionais.
Processos de abate, acondicionamento e venda já com tradição.	
Estruturação da cadeia do produto.	
Oportunidades	Ameaças
A ABIO pode ser um meio fácil de	Grande dependência de alimentos de fora da

conservação de espécies ameaçadas.	unidade de produção, nomeadamente de alimentos compostos para animais.
Procura de carne pelos consumidores.	Alimentos para animais a um preço elevado.
	Os produtores convertem-se sem uma alteração da forma de produção mantendo os encabeçamentos e/ou áreas.

5.5.6 LEITE E LATICÍNIOS

Forças	Debilidades
Há muitas explorações de grande dimensão e muito especializadas.	Há muitas explorações intensivas, de difícil conversão.
Na produção ovina, em largas zonas do país a produção de leite é próxima da ABIO.	Grande dependência de alimentos compostos para animais e da aquisições de outros alimentos.
Há uma grande diversidade de produtos lácteos e experiência do mercado.	Dificuldades nalguns processos produtivos.
Processos simples na indústria que permite a conversão, nomeadamente no queijo.	Processo de conversão simultâneo dos animais e pastagens.
Oportunidades	Ameaças
Pouco leite transformado em Portugal .	Pouca tradição na produção de leite de vaca de forma extensiva.
Procura da indústria.	Explorações dispersas ecircuitos de recolha longos que encarecem o produto.
Zonas em que a conversão é mais fácil por disponibilidades de áreas e possibilidades de produção e cereais.	Processo de conversão com quebras grandes nas produções que provoca forte desânimo.
Possibilidade de aumentos produtivos com germinados, até hoje pouco usados.	

5.5.7 COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO

Forças	Debilidades
Consumidores conhecedores, convictos e fieis	Falta de informaçãoo consumidor sobre os produtos, informação nutricional e benefícios,
Abastecimento de hortofrutícolas bem estabelecido via grande distribuição e supermercados especializados, nomeadamente em Lisboa.	Falta de alguns produtos tais como produtos transformados nacionais (mercearia), variedade de lácteos e de carnes.
Disponibilidade de uma gama diversificada e completa de produtos frescos e de mercearia, pão fresco e alimento para bebés, higiene e limpeza , etc.	Falta de supermercados em vários pontos do território nacional, que permitam a consumidores dessas zonas o abastecimento.
	Supermecados e maioria das lojas muito jovens e com alguma fragilidade.
	Falta de grossistas especializados que promovam escala no sector dos não frescos.
	Deficiente apoio e formação profissional .

Oportunidades	Ameaças
Os consumidores preferem a ampla oferta de horto frutícolas nacionais existentes.	Percepção de que os produtos são excessivamente caros para um consumo diário alargado.
Procura crescente dos consumidores	
Procura crescente do canal HORECA	
Existência de empreendedorismo no sector.	
A comunicação social dá grande atenção à alimentação saudável e responsabilidade ambiental apontando a ABIO como solução.	

6 OBJECTIVOS NACIONAIS

Com este documento pretende-se identificar o que é requerido para assegurar de forma estável uma estratégia de crescimento apoiado da ABIO. Pretende-se estabelecer uma série de medidas práticas que, a nível Ministerial, sejam tomadas para incentivar o sector dos produtos biológicos em Portugal, estreitando o relacionamento institucional entre o sector público e o privado, empresarial ou associativo e das ONG, criando novas formas de parcerias financeiras e de apoio.

Pretende-se o Desenvolvimento Integrado da Agricultura Biológica contribuindo para o aumento da visibilidade, do número de operadores e produtos no mercado, desenvolvendo o sector de acordo com a procura dos consumidores, mantendo a confiança e a integridade do sistema, proporcionando adequada informação sobre o modo de produção e as necessidades, incentivando a colaboração entre os operadores e assegurando e potenciando no ambiente e mundo rural, os benefícios e vantagens do aumento da adesão ao modo de produção biológico.

6.1 PERÍODO DE EXECUÇÃO

Prevê-se que estas medidas sejam executadas durante 5 anos de 2012 a 2016.

6.2 OBJECTIVOS DE EXECUÇÃO

- Aumento da % de SAU dedicada à ABIO para: 10% e 750.000 ha.
- Aumento do nº de operadores no mercado para: 6000
- Volume de negócios passe para 100 milhões de euros/ano

6.3 OUTROS OBJECTIVOS

6.3.1 PRODUÇÃO VEGETAL

- aumento da área de culturas arvenses para 100.000 ha, dos quais 300 ha de arroz
- aumento da área de fruticultura para 7500 ha, , dos quais 300 ha de uva de mesa;
2500 ha de macieiras, 500 ha de pereiras, 2.500 ha de cerejeiras,
- aumento da área para 7.500 ha de vinha para vinho,

-
- aumento da área para 70.000 ha de olival.

6.3.2 PRODUÇÃO ANIMAL

- 15% das explorações pecuárias,
- 5000 CN de bovinos de leite.

6.3.3 CAPACIDADE DE TRANSFORMAÇÃO

- produção de queijo biológico em todas as regiões DOP.
- aparecimento de unidades de preparação de cereais transformados, sopas e alimentos para crianças.
- aumento em 200% da quantidade de azeite de ABIO para exportação.

6.3.4 OUTROS OBJECTIVOS

- Aumento do abastecimento do produto nacional ao mercado reduzindo para metade o volume dos produtos importados.
- Refeições de ABIO em todas as Escolas.
- Colocar fruta de ABIO no programa de abastecimento de fruta às escolas.
- Refeições de ABIO em todos os Hospitais Distritais.

7 PLANEAMENTO E DEFINIÇÃO DAS POLÍTICAS

Apesar de em pequeno número, algumas das medidas consideradas necessárias no malogrado Plano Nacional de Desenvolvimento da ABIO de 2004 foram sendo executadas de forma pontual, não tendo os efeitos que se pretendiam alcançar, quer por não terem sido completamente implementadas, quer porque o foram de forma desagregada, o que impediu o efeito que se pretendia com um plano.

Nos quadros seguintes apresenta-se um conjunto de eixos estratégicos, subdivididos em medidas com múltiplas acções e os destinatários das medidas. Estes eixos estratégicos parecem ser os que de uma forma marcante poderão contribuir para o encadear de um conjunto de políticas. A experiência de outros planos e respectivas avaliações efectuadas demonstram ser absolutamente necessário **Informar e Divulgar** a ABIO junto dos consumidores, **Formar e Educar** agricultores, processadores, técnicos, futuros técnicos e os níveis básico e secundário da população escolar, investindo na Investigação e Desenvolvimento, colocando este investimento e os trabalhos realizados ao serviço da ABIO.

Definem-se os **Apoios aos Agricultores** e os **Apoios aos Processadores** e a forma de aceder aos mesmos e respectivas áreas prioritárias, Contribuindo com estas e muitas outras acções para o **Desenvolvimento da Quota de Mercado**, actuando junto do consumidor e de sectores profissionais chave, mantendo-se sempre uma **Forte Integridade do Sistema** através de sistema de intervenção junto dos OC, apoiando o **Desenvolvimento Institucional**, que estruturará e apoiará a execução das Políticas, devendo ser rapidamente estabelecido o princípio do poluidor/pagador que, através do pagamento de uma taxa, permitirá o financiamento destas políticas.

Por fim estabelece-se a forma de **Administração e Acompanhamento da Política e Desenvolvimento** estabelecendo os principais meios de o fazer.

8 PRINCIPAIS EIXOS ESTRATÉGICOS, MEDIDAS E ACÇÕES

Política			Medida	Acção	Destinatários
1			Informação e Divulgação	As medidas que se prevêem para esta área têm que ver com a divulgação deste programa de acção e de todas as acções que com ele tenham que ver, de forma a tornar todo o processo participativo e transparente. No âmbito deste eixo propõem-se campanhas de divulgação e informação junto dos consumidores, quer sobre os produtos e rotulagem, quer informação sobre o modo de produção e a interacção deste com o meio (social e ambiental). Pretende-se que a informação se estenda aos sectores dos mais novos através de campanhas directas para as escolas, interacção com os municípios. A recolha de dados para uma melhor informação do sector biológico nacional é igualmente uma preocupação.	
1	1	1	Divulgação da Política Nacional para a ABIO	Criação de um website com todas as medidas, acções, documentos produzidos, avaliações, artigos, campanhas associadas à Política Nacional para a ABIO.	Sociedade em geral
1	1	2		Publicação de uma newsletter trimestral com toda a informação relativa às iniciativas no âmbito das políticas.	Sociedade em geral
1	2	1	Conhecimento do sector	Estudo de percepções e de mercado.	Sociedade em geral
1	2	2		Recolha e permanente actualização, de dados sobre os operadores de agricultura biológica, áreas, produções e produtos.	Sociedade em geral
1	2	3		Recolha de dados junto dos operadores, organizações e instituições para um profundo conhecimento da situação da AB em Portugal	Sociedade em geral
1	2	4		Recolha de dados sobre produtos importados e consumo.	Sociedade em geral
1	2	5		Encontros regulares junto de organizações do sector e outras instituições para um profundo conhecimento da situação da AB em Portugal	Sector ABIO
1	2	6		Intervenções dirigidas a grupos profissionais, tais com os cozinheiros, jornalistas, tradutores, nutricionistas, etc.	Sector ABIO

1	3	1	Aumento da confiança e do conhecimento pelo consumidor	Campanhas para conhecimento e aumento da reputação dos produtos de ABIO pelos consumidores; divulgação do logo dos produtos nacionais e do logo europeu.	Consumidores	
1	3	2		Campanhas gerais sobre a agricultura biológica.	Consumidores	
1	3	3		Campanhas sobre a agricultura biológica e o bem-estar animal.	Consumidores	
1	3	4		Campanhas sobre as características dos produtos e os níveis de segurança alimentar.	Consumidores	
1	3	5		Campanhas sobre a interacção do modo de produção com o ambiente nomeadamente sobre a biodiversidade e mitigação das alterações climáticas.	Consumidores	
1	3	6		Campanhas para associação do produto BIO ao local de proximidade	Consumidores	
1	3	7		Interacção entre a ABIO e o meio rural.	Consumidores	
1	3	8		Realização de Semana Nacional da Agricultura Biológica	Consumidores	
1	3	9		Realização do Dia Anual da Refeição BIO/ Mensal do Prato BIO	Consumidores	
1	4	1		Informação para a educação	Campanha nas escolas	Jovens idade escolar
1	4	2			Concursos em meios urbanos	Jovens idade escolar
1	5	1		Estreitamento entre rotulagem e controlo	Informação sobre rotulagem e sistemas de certificação	Consumidores
1	6	1		Desenvolvimento com as autarquias	Criação e conversão de hortas urbanas à ABIO	Sociedade em geral
1	6	2	Realização de feiras e coordenação inter-autárquica		Sociedade em geral	
2			Formação e Educação	A Formação Profissional e o ensino são uma importante estratégia de desenvolvimento do sector. Na formação profissional dos agricultores procura-se transmitir conhecimentos com que se pretende atingir todos os níveis de conhecimento, da iniciação a um maior aprofundamento, bem como de informação sobre técnicas consentâneas com o modo de produção para profissionais que pretendem efectuar a conversão.		

				Pretende-se igualmente detectar bons exemplos que possam ser demonstrativos das boas práticas, criar uma rede de técnicos credenciados que possam prestar um eficiente e qualificado apoio técnico. A formação de profissionais deverá no entanto iniciar-se mais cedo a nível escolar, quer no ensino básico, com demonstração e práticas, quer na introdução do tema na explicação dos sistemas de agricultura a nível do ensino do secundário e na formação nacional universitária.		
2	1	1		De agricultores	Revisão e aperfeiçoamento dos programas de formação educacional e profissional que envolvam o ABIO	Agricultores
2	1	2			Formação de iniciação para novos produtores	Agricultores
2	1	3			Formação específica para produtores convencionais especializados	Agricultores
2	1	4			Formação avançada para agricultores	Agricultores
2	1	5			Seleccção de explorações modelos para acções de divulgação	Agricultores
2	1	6			Programas contínuos de formação e reciclagem	Agricultores
2	1	7			Programação da ABIO nos cursos de jovem empresários.	Agricultores
2	2	1			Serviços de aconselhamento para operadores	Apoio à existência de meios de divulgação periódicos
2	2	2		Apoio a e-divulgação		Operadores
2	2	3		Criação de uma rede nacional de apoio técnico com técnicos qualificados		Operadores
2	2	4		Revisão dos sistemas de apoio técnico institucionalizado		Operadores
2	2	5		Preparação de informação básica para processadores que pretendam aderir à ABIO.		Operadores
2	3	1		Reforço de formação ensino superior	Alargamento da ABIO no ensino superior	Estudantes Universitários
2	3	2			Programas de estágios em quintas de ABIO	Estudantes Universitários
2	4	1		Outros níveis de ensino	Introdução do conhecimento a nível diferenciado da ABIO nos programas regulares de ensino (básico e secundário).	Jovens idade escolar

3			Investigação e Desenvolvimento	Neste eixo pretende-se criar formas de apoio a projectos que demonstrem a possibilidade da ABIO intervir positivamente na concretização dos objectivos do milénio, na resolução de importantes lacunas técnicas que impedem a progressão e o desenvolvimento do sector, e de melhorias técnicas nas produções de algumas culturas em que Portugal é mais deficitário. Propõe-se uma quota de verbas da investigação para os projectos de agricultura biológica.		
3	1	1	Implementação da eficiência das técnicas de produção	Definição das principais linhas de experimentação e desenvolvimento	Criação dum grupo de trabalho composto por investigadores e técnicos de experimentação que com os agricultores e os técnicos de ABIO definam as principais linhas de acção na área da Investigação e Desenvolvimento Experimental	Investigadores e operadores
3	1	2			A Comissão indicada em 3.1.1 será responsável pela abertura de um convite público específico, de aprovar os projectos e pelo acompanhamento e avaliação destes projectos.	Investigadores e operadores
3	2	1			Estudar técnicas de fertilização e protecção em ABIO adaptadas a Portugal	Investigadores
3	2	2			Ligação entre alimentos biológicos e produtos locais e qualificados	Investigadores
3	2	1			Estudo de variedades bem adaptadas à ABIO local	Investigadores
3	2	2			Incremento do processamento associado à alta qualidade da produção ABIO	Investigadores
3	3	1		Inovação e desenvolvimento	Apoio ao desenvolvimento de áreas de carência de produção ou transformação nacional (arroz, sementes, massas, etc.)	Investigadores
3	3	2			Apoio ao desenvolvimento e homologação de pesticidas naturais e preparados homeopáticos	investigadores e Administr. Pública
3	3	3			Apoio ao desenvolvimento e inserção no CNV de sementes tradicionais ou obtidas por produtores	investigadores e Administr. Pública
3	3	4			Apoio ao desenvolvimento de produtos não alimentares relacionados com a ABIO.	investigadores
3	4	1		Avaliação dos impactos da produção biológica	ABIO e utilização de energia	investigadores
3	4	2			ABIO e alterações climáticas	investigadores
3	4	3			ABIO e biodiversidade	investigadores

3	4	4			ABIO e saúde	investigadores
3	5	1		Organização de redes de conhecimento e investigação	Criação de um polo de investigação de referência para a ABIO	investigadores
3	5	2			Estabelecer que as verbas para a Investigação tenham de ser destinadas em pelo menos 15% do valor total para a investigação em ABIO.	investigadores
4			Apoio aos Agricultores	Qualquer que venha a ser o quadro de apoio aos agricultores nos próximos anos, mantendo-se o actual ou aparecendo apoios diferentes, os que venham a optar pela ABIO deverão ter apoios especiais de diferenciação pois este tipo de agricultura deverá ser considerado estratégico. Assim os apoios deverão ser prioritários e ter majorações e aqueles que sejam considerados estratégicos face à necessidade do mercado nacional para limitar a importação de bens alimentares quer aqueles que sejam considerados importantes para a colocação no mercado exterior. Nos apoios aos agricultores deverá ainda ser considerado o apoio a explorações agrícolas que cumpram critérios a definir, prestando serviços de alto valor ambiental, pela redução de emissões de CO2 mas igualmente pela existência de condições de aumento da biodiversidade e de maior sequestro de carbono, ou de práticas agrícolas de ABIO em zonas vulneráveis reduzindo as cargas poluentes. Toda a produção que vise o cumprimento de contratos programa com a indústria em sectores relevantes deverá igualmente ser bonificada.		
4	1	1		Apoios gerais à agricultura e ao desenvolvimento rural	Apoio aos produtores nos termos dos apoios gerais a estabelecer na PAC: RPU, MAA, jovens agricultores, etc.	Agricultores
4	2	1		Apoios à conversão e à manutenção da ABIO	Criação de mecanismos que levem a um aumento dos operadores aderentes	Agricultores
4	2	2			Priorização aos projectos de ABIO	Agricultores
4	2	3			Bonificação dos projectos de ABIO	Agricultores
4	2	4			Bonificação dos projectos de produção em sectores com grande diferencial entre a procura e a produção nacional	Agricultores
4	2	5			Apoio ao turismo rural associado à ABIO	Agricultores
4	2	6			Apoio a pequenas quintas e à agricultura familiar	Agricultores
4	2	7			Apoio à aquisição de equipamento específico	Agricultores

4	3	1		Pagamento de serviços de alto valor ambiental	Apoio aos produtores em reconhecimento da produção de bens públicos	Agricultores
4	3	2			Apoio em função dos ganhos de biodiversidade	Agricultores
4	3	3			Apoio em função do sequestro de carbono	Agricultores
4	3	4			Apoio à redução da dependência energética e emissão de CO2	Agricultores
4	3	5			Apoio à conversão em áreas sensíveis e com elevados índices ou riscos de contaminação (como sejam Parques Naturais, zonas de poluição de aquíferos, bacias hidrográficas)	Agricultores
4	3	6			Apoio ao desenvolvimento de actividades complementares à agricultura de âmbito ambiental.	Agricultores
4	3	7			Interdição de uso de OGM em zonas próximas ou adjacentes a unidades de produção de ABIO.	Agricultores
4	4	1			Encorajamento à cooperação e à gestão eficiente	Apoiar a criação de Agrupamentos de Produtores ou de Agrupamentos Complementares de empresas.
4	4	2	Apoio a parcerias de cooperação e compatibilização com a produção ABIO e a convencional (sementes e jovens plantas).			Agricultores
5	Apoio aos Processadores		No apoio aos processadores pretende-se, a exemplo da produção, atribuir prioridades e majorações aos projectos de ABIO que visem a satisfação da procura no mercado nacional, reduzindo as importações e aumentado as exportações. Haverá ainda apoio relevante aos operadores que criem centros de concentração da oferta para um fornecimento mais eficaz do mercado. Deverá ser definida uma rede de unidades de demonstração que aliem o processamento de produtos biológica com as necessidades de produtos no mercado.			
5	1	1		Investimento em estruturas	Criação de mecanismos que levem a um aumento dos operadores aderentes	Processadores
5	1	2			Priorização dos projectos de ABIO	Processadores
5	1	3			Bonificação dos projectos de ABIO	Processadores

5	1	4			Bonificação a projectos que tendam a resolver estrangulamentos de mercado.	Processadores
5	1	5			Bonificação dos projectos de transformação em sectores com grande diferencial entre a procura e a produção nacional	Processadores
5	2	1		Desenvolvimento de infra-estruturas para a melhoria do processamento e cadeias de abastecimento	Criação de centros de recepção e concentração da oferta a nível regional e junto aos grandes centros consumidores.	Processadores
5	2	2			Criação de um grupo de trabalho que permita estudar soluções para a criação de infra-estruturas de transformação de pequena dimensão e reduzido impacto para transformação à escala local.	Processadores
5	3	1		Identificação dos factores de sucesso no mercado	Análise de projectos e processos que sejam sucessos para constituírem exemplos e demonstração.	Processadores
6			Desenvolvimento e aumento da quota de mercado	Considera-se importante a determinação de mercados chave para um crescimento sustentado e equilibrado, desenvolver uma estratégia de marketing, e promoção do mercado interno e externo com a realização e participação em eventos. Torna-se importante medidas de encorajamento à aquisição de produtos de ABIO através da redução da taxa de IVA, e a demonstração do preço justo dos produtos.		
6	1	1		Promoção e suporte dos canais de mercados-chave	Desenvolver parcerias eficazes e melhoria do desempenho em toda a cadeia alimentar, para desenvolvimento em consonância com a procura.	Sociedade em geral
6	1	2			Programa de fornecimento de produtos de ABIO a cantinas de escolas e hospitais, nomeadamente às de instituições para jovens.	Sociedade em geral
6	2	1		Marketing e promoção	Estudar a implementação de um Programa Nacional de marketing da Agricultura Biológica	Operadores
6	2	2			Desenvolvimento de estratégias de marketing para a exportação de produtos-chave	Operadores

6	2	3			Incremento da visibilidade da expansão das Semanas Nacionais da Agricultura Biológica.	Sociedade em geral
6	2	4			Participação nos maiores certames nacionais e mundiais do sector	Operadores
6	3	1		Implementação da eficiência de mercado	Encorajamento da diversificação dos produtos	Operadores
6	3	2			Intervenções junto a sectores profissionais da produção sobre a ABIO	Operadores
6	3	3			Intervenções junto da restauração e hotelaria	Operadores
6	3	4			Integração da produção e do consumo local	Sociedade em geral
6	3	5			Estreitamento entre oferta e procura no processamento e consumidor	Sociedade em geral
6	3	6			Desenvolvimento da marca PORTUGAL BIO	Operadores
4	5	1		Melhoria da gestão económica da ABIO e do agri-bio-negócio	Estabelecimento de contratos-programas de fornecimento das indústrias e outros sectores do mercado.	Operadores
4	5	2			Estabelecimento de contratos-programas de fornecimento do canal HORECA.	Operadores
6	4	1		Encorajamento à compra de produtos sustentáveis, e afirmação do papel dos produtos biológicos na sustentabilidade	Passagem da taxa do IVA para todos os produtos biológicos para a taxa reduzida.	Sociedade em geral
6	4	2		Preço justo ao produtor	Programa de divulgação de valores e margens	Sociedade em geral
7			Integridade do sistema	Deverá haver uma intervenção no trabalho dos OC promovendo a eficiência, a transparência e aferindo metodologias, proporcionar adequada operacionalidade à autoridade competente e à de acreditação, aumentado a credibilidade.		
7	1	1		Harmonização de regras	Criação de um guia de interpretação do Regulamento que permita esclarecimento de dúvidas.	Sector ABIO
7	1	2			Criação de um fórum para a integridade do sistema	Sector ABIO
4	1	3			Criação de uma base de dados de factores de produção de actualização frequente.	Sector ABIO

4	1	4			Simplificação do processo de autorização de uso de fitofarmacêuticos autorizados noutros países da UE	Sector ABIO
7	2	1		Melhoria do trabalho dos OC	Aumento da eficiência dos sistemas de inspecção e certificação	Org Certificação
7	2	2			Transparência dos resultados das inspecções e da certificação (mantendo a protecção da privacidade)	Sector ABIO
7	2	3			Aferição de metodologias e sanções	Sector ABIO
7	3	1		Melhoria da eficácia da acreditação	Contribuir para dotar de meios a autoridade competente e o IPAC.	Administração Pública
7	4	1		Garantia de credibilidade	Garantia da protecção da designação ABIO/MPB e aperfeiçoar a fiscalização e a repressão de fraudes	Sociedade em geral
7	4	2			Apoio à detecção analítica de incumprimentos	Sociedade em geral
7	4	3			Medidas preventivas contra eventuais contaminações por OGM	Sociedade em geral
7	4	4			Criação de Sistema de Alerta Rápido para infracções.	Sociedade em geral
7	5	1		Produtos não alimentares	Desenvolvimento de especificações técnicas para possibilitar a certificação de novos produtos.	Sector ABIO
8			Desenvolvimento Institucional	É necessária a nomeação de um Coordenador Nacional para a ABIO, e a promoção e coordenação dos interesses na cadeia dos produtos, Deverá ser criado o princípio do poluidor-pagador, criando uma taxa sobre a utilização de todos os produtos que causem impactos ambientais negativos, utilizando as verbas em linhas de financiamento de micro projectos.		
8	1	1		Coordenação Geral da Política Nacional para ABIO	Nomeação de um técnico do Ministério da Agricultura que inserido na estrutura do GPP funcione como Coordenador para a Política Nacional para a ABIO	Sector ABIO
8	1	2			Prestação de serviços de especialistas em Políticas de Desenvolvimento da ABIO.	Sector ABIO
8	1	3			Criação de responsáveis regionais, junto a cada DRAP, em coordenação com o Coordenador	Sector ABIO

8	2	1	Coordenação dos interesses sectoriais	Apoio ao estabelecimento do interprofissionalismo	Sector ABIO	
8	2	2		Apoio ao desenvolvimento de organizações sectoriais	Sector ABIO	
8	2	3		Suporte e promoção das entidades parceiras	Sector ABIO	
8	2	4		Representação em Organizações Internacionais IFOAM e IFOAM-EU	Sector ABIO	
8	3	1		Gestão de fundos	Estabelecer o princípio poluidor-pagador instituindo uma taxa por aplicação de fitofarmacêuticos e fertilizantes sintéticos, uso de sementes ou rações OGM (e outras substâncias sintéticas), para criação de um fundo para financiar a investigação em agricultura biológica e programas de incentivo do mercado.	Sector ABIO
8	3	2			Estabelecer para o mesmo fundo de uma taxa pelo consumo de produtos para alimentação humana com OGM, que terão de ser obrigatoriamente rotulados.	Sector ABIO
8	3	3			Criação de uma incubadora empresarial dedicada a projectos nos diferentes sectores de ABIO (produção, transformação e serviços),	Sector ABIO
8	3	4			Criação de um fundo de apoio a fornecedores	Sector ABIO
8	3	5			Criação de um sistema de microcrédito ou crédito simplificado para pequenos investimentos em ABIO	Sector ABIO
9	Administração e Acompanhamento da Política e Desenvolvimento		Deverá ser criado um grupo de trabalho diversificado de acompanhamento e avaliação da política para a ABIO, podendo ser estudados casos de sucessos de outros países e uma Comissão alargada de aconselhamento e discussão, com personalidades ligadas ou não à ABIO.			
9	1	1	Avaliação e monitorização da Política Nacional para ABIO	Criação de Grupo de trabalho para avaliação e monitorização da Política Nacional para ABIO, com base anual	Sector ABIO	
9	1	2		Avaliação da taxa de sucesso e avaliação dos projectos que tiveram indicação de transformação de produtos de ABIO.	Sector ABIO	

9	2	1		Participação e contribuição de grupos de aconselhamento e de especialistas.	Criação de comissão alargada de parceiros relacionados directa e indirectamente com a ABIO. Departamentos governamentais da estrutura ministerial onde estiver inserida a Agricultura e de outros ministérios (Saúde, Ambiente), ONG ambientais, Consumidores, Retalhistas, Ensino, Investigação, organizações sectoriais.	Sector ABIO
9	2	2			Criação de comissão de parceiros directamente relacionados com a ABIO	Sector ABIO

9 BIBLIOGRAFIA

- Agriculture Ministry of Canada. 2010. Organic Plan [<http://app.infoaa.7700.gnb.ca> visto em 09/11/10].
- Aleixo, A. L., Mantas, A., Ferreira, J., Ferreira, J. C. e Ribeiro, J. R. 2004. Plano Nacional para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica. MADRP.
- Alföldi, T. *et al.* 2006. 90 Arguments en Faveur de l'Agriculture Biologique. FiBL.
- Alföldi, T. *et al.* 2006. Quality and Safety of Organic Products. FiBL.
- Australian Government. 2006. Organic Industries Research and Development Plan (2006-2011).
- Avillez, Francisco *et al.*. 2010. A Agricultura Portuguesa e o Futuro da PAC pós-2013. MADRP.
- Azeez, G. *et al.* 2009. Organic Agriculture- a Guide to Climate Change & Food Security. IFOAM.
- Comissão Europeia 2010. A PAC no Horizonte 2020: Responder aos desafios do futuro em matéria de alimentação, recursos naturais e territoriais. CE. Bruxelas.
- DEFRA. 2002. Action Plan to Develop Organic Food and Farming in England. Department for Environmental Food and Rural Affairs.
- DEFRA. 2004. Action Plan to Develop Organic Food and Farming in England. Two years on.
- Department of Agriculture, Fisheries & Food of Ireland Republic. 2008. Organic Farming Action Plan 2008-2012.
- Dias, Rui Rosa, 2008. Produção y Mercado de Leche Ecológica en Portugal: Estrategias y Tendencias. Editorial Novembro.
- Domingos, T., Neves, A.O., Marta-Pedroso, A. *et al.* 2010. Avaliação Contínua do Program de Desenvolvimento Rural do Continente 2007-2013 (ProDeR). IST.
- Dutch Agriculture, Nature and food Quality. 2004. An Organic Market to Conquer. Policy Document on Organic Agriculture, 2001-2004.
- Ferreira, J e Costa, N. 2009. Qualidade e Segurança dos Alimentos Biológicos.
- Häring, Anna Maria, Vairo, D, Zanolli e R. Dabbert, S.. *et al.* 2005 Assessement of policies and development of policy recommendations for organic farming: A cross country synthesis of national policy workshops in 11 European countries. EU-CEE-OFP.
- Hoodes, L., Sligh, M. 2009 Towards a National Organic Action Programe. RAFI_USA.
- Institut of Natural Resources. 2008. Study to Develop a Value Chain Strategy for Sustainable Development and Growth of Organic Agriculture. Trade and Industrie Chamber of South Africa.
- Kerala State. 2008. Kerala State Organic Farming Policy, Strategic and Action Plan.
- Lampkin, N., Schmid, O., Dabbert, S., Michelsen, J. and Zanolli, R. (eds.) (2008) Organic action plan evaluation toolbox (ORGAPET). Final output of the ORGAP research project for the EC. IBERS,UK & Research Institute of Organic Agriculture (FiBL), Frick, CH [www.orgap.org/internal/orgapet visto em 26/11/10].
- Lampkin, N. 2010. Organic Farming and Food Systems as an Innovative Model for Reducing Resource Use. 3rd European Organic Congress. Madrid.
- Barker, D., Lockart, C. 2008. Manifesto on Climate Change and the Future of Food Security. Regione Toscana. ARSIA.
- MADRP_GPP. 2010. Dados Estatísticos Áreas/Efectivos e Produtores. [www.gppaa.min-agricultura.pt/Biologica/ visto em 11-11-2010].

- MPAAF. 2004. Piano d'Azione Nazionale per l'Agricoltura Biologica e i Prodotti Biologici in Italia.
- Neuhoﬀ *et al.* 2008. Cultivating the Future based on Science Vol 1. Organic Crop Production. ISOFA.
- Neuhoﬀ *et al.* 2008. Cultivating the Future based on Science Vol 2. Livestock, Socio-Economy and Cross Disciplinary Research in Organic Agriculture. ISOFA.
- Niggli, U., Slabe, A., Schmid, O., Halberg, N., Schlüter, M. 2008. Vision for an Organic Food and Farming Research Agenda to 2025. IFOAM & FIBL.
- Pohl, Alexandra. 2009. How do European Rural Development Programmes Support Organic Farming?. IFOAM.
- Reg. (CE) nº 834/2007, modificado, Relativo ao modo de produção biológico de produtos agrícolas e à sua indicação nos produtos agrícolas e nos géneros alimentícios. CE.
- Rippin, M. 2005. Towards a European Framework for Organic Market Information. FIBL.
- Rippin, M. 2006. Synthesis and final recommendations on the Development of a European Information System for Organic Markets. EISfOM_EU.
- Ruvo, E., Luppi G. e Marino, D. 2007. Il mercato dei Prodotti Biologici: Tendenze Generali e nelle Principali Filiere. ISMEA.
- Scialabba, N. 2007. Organic Agriculture and Food Security. Food and Agriculture Organization of the United Nations [www.fao.org/organicag visto em 15/11/10].
- Schmid, O. *et al.* 2004. Organic Farm Plans. FIBL.
- Schmid, O. *et al.* 2008. Organic Actions Plans. FIBL& IFOAM_EU.
- Schmid, O. *et al.* 2008. European Action Plan of Organic Food and Farming. ORGAP. FIBL.
- Schmid, O. *et al.* 2008. Overview on Quantitative Targets in EU Action Plans. ORGAP [www.orgap.org visto em 16/11/10].
- Schmutz, Res, 2006. 90 arguments en Faveur de l'Agriculture Biologique. FIBL.
- Schlüter, Marco *et al.* 2009. Shaping Agriculture and Food Systems to Future Challenges – The Strategic Role of Organic Food and Farming. IFOAM
- Scottish Executive. 2003. Organic Action Plan.
- Shiva, Vandana. 2007. Soil not Oil. Securing Our Food in Times of Climate Change. Navdania. India
- Stolze, M., Stolz, H., Schmid, O., 2007. Documentation about Action Plans for Organic Food and Farming. ORGAP. FIBL.
- Schwarz, G. Nieberg, H. e Sanders, J. 2010. Organic Farming Support Payments in the EU. Johann Heinrich von Thunen Institut (VTI).
- UVA, J. Sousa. 2010. A PAC no Horizonte 2020: Enfrentar os futuros desafios da alimentação, dos recursos naturais e territoriais. DG Agricultura e Desenv. Rural. CE.
- Willer, Helga. 2010 (vers 19 Março). Organic Agriculture Worldwide; The Main results of the FIBL-IFOAM Survey 2010. FIBL_IFOAM.

INTERBIO, LISBOA, 5 de Março de 2011

Como contribuir?

Cada parte interessada, de forma individual ou colectiva, privado ou agente da Administração Pública, pode contribuir para a melhoria deste documento, enviando a sua opinião e/ou distribuindo-o a outras partes interessadas que possam criticá-lo.

O esforço de cada um vai ajudar a envolver todos os parceiros, estimulando de forma mais fácil, mais rápida e mais eficiente, todos os que possam contribuir para a discussão deste documento, tornando-o mais completo e forte, numa base local, regional e nacional, contribuindo para o êxito de uma Política orientada para o sucesso da ABIO. A indicação de objectivos, políticas, medidas, acções, desenvolvimento e valores, são apenas os primeiros passos no caminho em direcção à realização do potencial, e multi-benefício da ABIO.

Um dos primeiros e melhores indicadores de progresso, ainda antes do início da implementação das políticas, será a nossa capacidade de contribuir para o documento para, posteriormente, se atingirem e se verificar o cumprimento dos indicadores prioritários estabelecidos, para que o futuro seja melhor e... BIOLÓGICO.

Para a melhoria deste documento poderá ainda participar nas reuniões de discussão pública com os interessados a realizar no final do 1º trimestre de 2011, solicitar reunião à Direcção da INTERBIO, enviando previamente os seus comentários, participar nas Jornadas Públicas de Apresentação e Discussão da Política de ABIO, no 2º trimestre de 2011.

Envie sugestões e contributos sobre este documento para:

politicabio@gmail.com